

Portobello

Sumário

Dados da empresa	1 a 3
Informações Trimestrais	4 a 21
Notas Explicativas	22 a 58
Comentários do Desempenho	59 a 69
Outras Informações	70 a 71
Relatório da Revisão Especial	72 a 74

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
4 - NIRE 42300030201		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO BR 101 KM 163		2 - BAIRRO OU DISTRITO Centro		
3 - CEP 88200-000	4 - MUNICÍPIO Tijucas			5 - UF SC
6 - DDD 048	7 - TELEFONE 3279-2201	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -	10 - TELEX
11 - DDD 048	12 - FAX 3279-2223	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL dri@portobello.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME Mario Augusto de Freitas Baptista				
2 - ENDEREÇO COMPLETO BR 101 KM 163			3 - BAIRRO OU DISTRITO Centro	
4 - CEP 88200-000	5 - MUNICÍPIO Tijucas			6 - UF SC
7 - DDD 048	8 - TELEFONE 3279-2201	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 048	13 - FAX 3279-2223	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL dri@portobello.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	2	01/04/2010	30/06/2010	1	01/01/2010	31/03/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00287-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO CARLOS ALEXANDRE PERES					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 116.814.068-45		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	159.009	159.009	159.009
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	159.009	159.009	159.009
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1110 - Construção Civil, Mat. Constr. e Decoração
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Industrialização e Comercialização de Revestimentos Cerâmicos
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 11/08/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	498.223	482.279
1.01	Ativo Circulante	162.695	151.221
1.01.01	Disponibilidades	5.364	8.625
1.01.02	Créditos	73.052	66.199
1.01.02.01	Clientes	71.370	64.642
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.682	1.557
1.01.02.02.01	Títulos Valores Mobiliários	1.682	1.557
1.01.03	Estoques	74.078	67.874
1.01.04	Outros	10.201	8.523
1.01.04.01	Adiantamento a Fornecedores	2.639	1.757
1.01.04.02	Tributos a Recuperar	2.647	1.740
1.01.04.03	Créditos Tributários Diferidos	3.140	3.409
1.01.04.04	Dividendos a Receber	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	376	475
1.01.04.06	Outros	1.399	1.142
1.02	Ativo Não Circulante	335.528	331.058
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	149.009	144.002
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	128.209	123.878
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	37.860	35.408
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	90.349	88.470
1.02.01.03	Outros	20.800	20.124
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	608	466
1.02.01.03.02	Imóveis Destinados a Venda	57	57
1.02.01.03.03	Recebíveis da Eletrobrás, Líquido	11.586	10.982
1.02.01.03.04	Ativos Tributários	7.677	7.512
1.02.01.03.05	Outros	872	1.107
1.02.02	Ativo Permanente	186.519	187.056
1.02.02.01	Investimentos	4.628	2.491
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	4.430	2.293
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	198	198
1.02.02.02	Imobilizado	180.227	182.460
1.02.02.03	Intangível	1.664	2.105
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	498.223	482.279
2.01	Passivo Circulante	218.084	212.061
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	95.396	90.562
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	64.311	59.825
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	18.477	22.643
2.01.04.01	Parcelamento de Obrigações Fiscais	14.469	19.629
2.01.04.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.008	3.014
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	4.822	5.404
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	35.078	33.627
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	15.629	17.838
2.01.08.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.388	11.927
2.01.08.03	Outros	4.061	3.862
2.02	Passivo Não Circulante	239.484	236.248
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	239.484	236.248
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	35.456	37.490
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	18.264	16.606
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	5.541	3.074
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	180.223	179.078
2.02.01.06.01	Provisão para IR e Contrib. Social	16.853	16.987
2.02.01.06.02	Fundo de Previdência	3.249	3.183
2.02.01.06.03	Parcelamento de Obrigações Fiscais	128.133	128.161
2.02.01.06.04	Provisão para Perda em Investimentos	31.929	30.747
2.02.01.06.05	Outros	59	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	40.655	33.970
2.05.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.05.02	Reservas de Capital	267	267
2.05.03	Reservas de Reavaliação	50.455	50.850
2.05.03.01	Ativos Próprios	50.455	50.850
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.080)	(1.766)
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.080)	(1.766)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(120.944)	(128.338)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	145.900	273.126	114.605	227.992
3.02	Deduções da Receita Bruta	(31.239)	(57.790)	(24.616)	(52.572)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	114.661	215.336	89.989	175.420
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(86.767)	(162.898)	(73.036)	(138.293)
3.05	Resultado Bruto	27.894	52.438	16.953	37.127
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(19.827)	(39.660)	(15.888)	(33.898)
3.06.01	Com Vendas	(14.484)	(26.538)	(10.908)	(21.706)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.139)	(6.169)	(3.001)	(5.661)
3.06.03	Financeiras	(6.894)	(13.529)	(5.538)	(14.088)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.590	6.782	3.684	4.968
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	2.794	5.359	464	1.440
3.06.03.01.02	Variação Cambial Líquida	796	1.423	3.220	3.528
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.484)	(20.311)	(9.222)	(19.056)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	4.227	5.175	4.130	9.118
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(806)	(1.292)	(467)	(830)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	1.269	2.693	(104)	(731)
3.07	Resultado Operacional	8.067	12.778	1.065	3.229
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	8.067	12.778	1.065	3.229
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(933)	(1.599)	909	0
3.11	IR Diferido	(135)	569	94	188
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	6.999	11.748	2.068	3.417
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	159.009	159.009	159.009	159.009
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04402	0,07388	0,01301	0,02149
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(4.389)	2.468	16.080	27.219
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.714	24.177	2.751	4.740
4.01.01.01	Lucro do Exercício antes dos Tributos	8.067	12.778	1.065	3.229
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.304	8.389	3.948	6.990
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	(1.269)	(2.693)	104	731
4.01.01.04	Encargos Financeiros e Variação Cambial	(271)	3.873	(3.276)	(8.385)
4.01.01.05	IR e CS Diferidos	135	(569)	(94)	(188)
4.01.01.06	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	539	1.250	907	1.904
4.01.01.07	Provisão para Devedores Duvidosos	271	211	82	274
4.01.01.08	Custo Residual de Imobilizado Baixado	0	0	15	15
4.01.01.09	Ganho ou Perda Cambial s/ Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.10	IR/CS Pagos	938	938	0	170
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(17.103)	(21.709)	13.329	22.479
4.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	(6.998)	(6.903)	6.013	10.270
4.01.02.02	Aumento/(Redução) de Adto de Clientes	(2.210)	(3.045)	474	(4.492)
4.01.02.03	(Aumento)/Redução de T Vlr's Mobiliários	(125)	2.597	(3.070)	(1.726)
4.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	(6.744)	(7.104)	890	(2.857)
4.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	(2.800)	(1.649)	13.135	5.298
4.01.02.06	(Aumento)/Redução Ativos não Circulantes	(5.007)	(9.961)	(1.249)	(2.843)
4.01.02.07	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	4.486	(1.688)	(4.056)	11.311
4.01.02.08	(Aumento)/Redução de Adto a Fornecedores	(884)	(521)	(2.106)	(673)
4.01.02.09	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	(5.189)	(6.994)	(1.730)	(2.125)
4.01.02.10	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	995	2.478	2.312	8.276
4.01.02.11	Aumento/(Redução) Obrigações Trabalhistas	3.461	4.683	4.675	7.876
4.01.02.12	Aumento/(Redução) Outras Contas a Pagar	(382)	(514)	5.711	(798)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/04/2009 a 30/06/2009	7 - 01/04/2009 a 30/06/2009
4.01.02.13	Aumento/(Redução)Out Pg não Circulantes	4.294	6.912	(7.670)	(5.038)	
4.01.03	Outros	0	0	0	0	
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.629)	(11.632)	(11.396)	(14.569)	
4.02.01	(Aquisição)/Baixa do Ativo Imobilizado	(1.625)	(11.628)	(11.396)	(14.569)	
4.02.02	(Aquisição)/Baixa do Ativo Intangível	(4)	(4)	0	0	
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	2.757	7.514	(4.260)	(15.424)	
4.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	90.287	150.824	58.181	103.141	
4.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamento	(87.530)	(143.310)	(50.269)	(104.504)	
4.03.03	Pagamento à Empresas Ligadas	0	0	(12.172)	(14.061)	
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.261)	(1.650)	424	(2.774)	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.625	7.014	3.248	6.446	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.364	5.364	3.672	3.672	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	50.850	0	(128.338)	(1.766)	33.970
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	50.850	0	(128.338)	(1.766)	33.970
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	6.999	0	6.999
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(395)	0	395	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(314)	(314)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(314)	(314)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	50.455	0	(120.944)	(2.080)	40.655

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	51.246	0	(133.483)	(1.154)	29.833
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	51.246	0	(133.483)	(1.154)	29.833
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.748	0	11.748
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(791)	0	791	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(926)	(926)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(926)	(926)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	50.455	0	(120.944)	(2.080)	40.655

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
1	Ativo Total	471.107	459.426
1.01	Ativo Circulante	175.899	164.082
1.01.01	Disponibilidades	5.895	10.048
1.01.02	Créditos	80.895	72.791
1.01.02.01	Clientes	79.213	71.234
1.01.02.02	Créditos Diversos	1.682	1.557
1.01.02.02.01	Títulos Valores Mobiliários	1.682	1.557
1.01.03	Estoques	76.418	70.322
1.01.04	Outros	12.691	10.921
1.01.04.01	Adiantamentos a Fornecedores	1.799	1.758
1.01.04.02	Tributos a Recuperar	5.233	3.385
1.01.04.03	Créditos Tributários Diferidos	3.140	3.409
1.01.04.04	Dividendos a Receber	0	0
1.01.04.05	Despesas Antecipadas	695	893
1.01.04.06	Outros	1.824	1.476
1.02	Ativo Não Circulante	295.208	295.344
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	111.983	109.406
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	90.349	88.470
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	90.349	88.470
1.02.01.03	Outros	21.634	20.936
1.02.01.03.01	Depósitos Judiciais	846	682
1.02.01.03.02	Imóveis Destinados a Venda	57	57
1.02.01.03.03	Recebíveis da Eletrobrás, Líquido	11.586	10.982
1.02.01.03.04	Ativos Tributários	7.677	7.512
1.02.01.03.05	Outros	1.468	1.703
1.02.02	Ativo Permanente	183.225	185.938
1.02.02.01	Investimentos	215	219
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	215	219
1.02.02.02	Imobilizado	181.204	183.459
1.02.02.03	Intangível	1.806	2.260
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2010	4 - 31/03/2010
2	Passivo Total	471.107	459.426
2.01	Passivo Circulante	225.031	219.493
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	95.401	90.574
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	65.429	61.183
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	21.899	24.875
2.01.04.01	Parcelamento de Obrigações Fiscais	15.245	20.389
2.01.04.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.654	4.486
2.01.05	Dividendos a Pagar	6	6
2.01.06	Provisões	4.847	5.421
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	37.449	37.434
2.01.08.01	Adiantamento de Clientes	16.456	19.824
2.01.08.02	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.515	12.854
2.01.08.03	Outros	4.478	4.756
2.02	Passivo Não Circulante	205.610	206.162
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	205.610	206.162
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.195	38.248
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	18.264	16.606
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	151.151	151.308
2.02.01.06.01	Provisão para IR e Contrib. Social	16.853	16.987
2.02.01.06.02	Fundo de Previdência	3.249	3.183
2.02.01.06.03	Parcelamento de Obrigações Fiscais	130.970	131.118
2.02.01.06.04	Provisão para Perda em Investimentos	0	0
2.02.01.06.05	Outros	79	20
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	4	6
2.05	Patrimônio Líquido	40.462	33.765
2.05.01	Capital Social Realizado	112.957	112.957
2.05.02	Reservas de Capital	267	267
2.05.03	Reservas de Reavaliação	50.455	50.850
2.05.03.01	Ativos Próprios	50.455	50.850
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.080)	(1.766)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01377-3	PORTOBELLO SA	83.475.913/0001-91

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2010	4 -31/03/2010
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	(2.080)	(1.766)
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(121.137)	(128.543)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	158.431	296.219	124.478	249.403
3.02	Deduções da Receita Bruta	(32.363)	(59.859)	(25.422)	(54.101)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	126.068	236.360	99.056	195.302
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(88.060)	(165.372)	(74.004)	(142.267)
3.05	Resultado Bruto	38.008	70.988	25.052	53.035
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(28.780)	(56.065)	(23.101)	(48.224)
3.06.01	Com Vendas	(20.226)	(36.405)	(16.325)	(32.836)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.279)	(8.436)	(4.103)	(7.815)
3.06.03	Financeiras	(6.898)	(13.504)	(5.540)	(14.307)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	3.750	7.126	3.898	5.447
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	2.954	5.703	678	1.919
3.06.03.01.02	Variação Cambial Líquida	796	1.423	3.220	3.528
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(10.648)	(20.630)	(9.438)	(19.754)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	3.438	3.582	3.557	7.977
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(815)	(1.302)	(690)	(1.243)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	9.228	14.923	1.951	4.811
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	9.228	14.923	1.951	4.811
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(2.080)	(3.704)	274	(1.417)
3.11	IR Diferido	(135)	569	94	188
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(2)	(4)	(1)	(2)
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	7.011	11.784	2.318	3.580
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	159.009	159.009	159.009	159.009
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,04409	0,07411	0,01458	0,02251
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2010 a 30/06/2010	4 - 01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(5.236)	1.521	8.685	22.953
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.145	30.633	3.271	7.674
4.01.01.01	Lucro do Exercício antes dos Tributos	9.228	14.923	1.951	4.811
4.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.363	8.596	4.110	7.304
4.01.01.03	Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
4.01.01.04	Encargos Financeiros e Variação Cambial	(273)	3.781	(2.878)	(6.671)
4.01.01.05	IR e CS Diferidos	135	(569)	(94)	(188)
4.01.01.06	Provisão de Estoque a valor de Mercado	542	1.119	440	1.376
4.01.01.07	Provisão para Devedores Duvidosos	246	175	(274)	59
4.01.01.08	Custo Residual e de Imobilizado Baixado	0	0	15	29
4.01.01.09	Ganho ou Perda Cambial s/ Investimentos	0	0	0	0
4.01.01.10	IR/CS Pagos	1.902	2.604	0	952
4.01.01.11	Participação de Acionistas Minoritários	2	4	1	2
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(21.381)	(29.112)	5.414	15.279
4.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	(8.153)	(10.714)	3.267	9.109
4.01.02.02	Aumento/(Redução) de Adto de Clientes	(3.369)	(3.798)	589	(4.237)
4.01.02.03	(Aumento)/Redução de T Vlr Mobiliários	(125)	2.597	(3.070)	(1.726)
4.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	(6.619)	(6.392)	2.242	(540)
4.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	(5.843)	(7.602)	4.005	(4.297)
4.01.02.06	(Aumento)/Redução Ativos não Circulantes	(2.576)	(4.931)	(1.475)	(3.105)
4.01.02.07	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	4.189	(2.705)	(3.792)	11.185
4.01.02.08	(Aumento)/Redução de Adto a Fornecedores	(41)	322	(2.109)	(675)
4.01.02.09	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	(5.292)	(7.082)	(2.537)	(2.342)
4.01.02.10	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais	2.169	4.700	2.949	9.509
4.01.02.11	Aumento/(Redução)Obrigações Trabalhistas	3.656	4.901	5.057	8.630

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2010 a 30/06/2010	4 -01/01/2010 a 30/06/2010	5 - 01/04/2009 a 30/06/2009	6 - 01/01/2009 a 30/06/2009
4.01.02.12	Aumento/(Redução)Outras Contas a Pagar	(890)	(702)	(897)	(6.611)
4.01.02.13	Aumento/(Redução)Outr Pg não Circulantes	1.513	2.294	1.185	379
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(1.646)	(11.749)	(11.408)	(14.622)
4.02.01	(Aquisição)/Baixa do Ativo Imobilizado	(1.646)	(11.749)	(11.408)	(14.622)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	2.729	7.506	385	(12.926)
4.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	90.309	150.886	56.808	106.749
4.03.02	Pagamento Empréstimos e Financiamentos	(87.580)	(143.380)	(55.849)	(118.509)
4.03.03	Pagamento à Empresas Ligadas	0	0	(574)	(1.166)
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	(1)	0	0
4.05	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	(4.153)	(2.723)	(2.338)	(4.595)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.048	8.618	6.760	9.017
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.895	5.895	4.422	4.422

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	50.850	0	(128.543)	(1.766)	33.765
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	50.850	0	(128.543)	(1.766)	33.765
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	7.011	0	7.011
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(395)	0	395	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(314)	(314)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(314)	(314)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	50.455	0	(121.137)	(2.080)	40.462

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01377-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL PORTOBELLO SA	3 - CNPJ 83.475.913/0001-91
---------------------------	---	--------------------------------

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/06/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	112.957	267	51.246	0	(133.712)	(1.154)	29.604
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	112.957	267	51.246	0	(133.712)	(1.154)	29.604
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.784	0	11.784
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	(791)	0	791	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	(926)	(926)
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	(926)	(926)
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	112.957	267	50.455	0	(121.137)	(2.080)	40.462

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR DO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010

(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Portobello S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) produz e comercializa revestimentos cerâmicos destinados ao revestimento de paredes internas (azulejos), mosaicos, fachadas externas, pisos, porcelanato técnico, porcelanato esmaltado, peças decoradas, peças especiais e serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem por objetivo deter participação societária em outras sociedades controladas. Em 30 de junho de 2010, a Companhia detém participação nas seguintes empresas controladas:

- (a) Portobello América, Inc. - Realiza distribuição e venda dos produtos Portobello no mercado norte-americano. Está localizada em Pompano Beach, Flórida.
- (b) Mineração Portobello Ltda. - Responde pelo fornecimento de cerca de 50% da matéria prima que a Portobello S.A. utiliza na produção de revestimentos cerâmicos. Possui jazidas em diversos municípios nos Estados de Santa Catarina e Paraná.
- (c) PBTech Ltda. - Situada em Tijucas/SC, foi constituída com o objetivo de oferecer aos clientes do canal engenharia (empresas de construção civil) atendimento diferenciado, com venda de produtos e serviços.
- (d) Portobello Shop S.A. - Empresa administradora da rede de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello especializadas em revestimentos cerâmicos e conta com 103 lojas.

Em 30 de junho de 2010, a Portobello S.A. apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 55.389 (R\$ 60.840 em 31 de março de 2010) e no consolidado R\$ 49.132 (R\$ 55.411 em 31 de março de 2010). Os planos da Administração para reverter esta situação estão baseados nas seguintes iniciativas:

- (a) Re-estruturação da dívida visando o alongamento do perfil do endividamento, obtenção de carência para amortização e redução do custo financeiro de captação. A Companhia celebrou novos contratos de financiamentos junto a FINEP e agentes repassadores do BNDES:
 - BNDES - Contratos firmados em junho de 2010 com desembolso previsto para o 3º trimestre no valor total de R\$ 16.957, com vencimento final em 15 de dezembro de 2011;
 - FINEP (Programa Inova Brasil) - Contrato firmado em maio de 2010, no valor de R\$ 30.000, com vencimento final em 15 de setembro de 2018.
- (b) Implantação de medidas para o equacionamento operacional e financeiro, objetivando melhorar as margens de lucratividade, tais como: redução de custos, substituição de equipamentos por outros de maior produtividade, lançamento de produtos inovadores.

Como parte dos planos da administração para melhorar seus resultados operacionais e a deficiência de capital circulante líquido negativo, a Companhia implementou as seguintes ações que já estão apresentando resultados satisfatórios:

- Redução do portfólio com vistas a maior produtividade;
- Manutenção do volume de vendas no mercado externo atingido neste trimestre;
- Terceirização da produção de produtos de menor margem.

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas, e são apresentadas, considerando a continuidade normal das operações da Companhia e de suas controladas.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Apresentação das Informações Trimestrais (Controladora e Consolidado)

As Informações Trimestrais Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Na elaboração dessas Informações Trimestrais, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Informações Trimestrais da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Os saldos de ativo, passivo, receitas, custos e despesas decorrentes de operações entre a Companhia e suas empresas controladas foram eliminados para fins de preparação das Informações Trimestrais Consolidadas. Também foram eliminados os saldos de investimentos mantidos pela Companhia e destacada a participação dos acionistas minoritários.

As Informações Trimestrais Consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras das seguintes empresas controladas:

	%	
	30.06.10	31.03.10
Portobello América, Inc.	100,00	100,00
PBTech Ltda.	99,94	99,94
Portobello Shop S.A.	99,90	99,90
Mineração Portobello Ltda.	99,76	99,76

Quando aplicável, as práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são ajustadas para refletir as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

A conciliação entre os valores de patrimônio líquido e resultados dos exercícios apresentados pela Companhia e consolidado, é apresentada como segue:

	Resultado		Patrimônio Líquido	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	31.03.10
Controladora	11.748	3.417	40.655	33.970
Lucro não realizado nos estoques	(193)	(467)	(193)	(205)
Reversão do lucro não realizado	229	630	-	-
Consolidado	11.784	3.580	40.462	33.765

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Informações Trimestrais Consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação), mantidos até o vencimento e os recebíveis, uma vez que não existem ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento (Títulos e valores mobiliários)

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

(c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A Companhia não ajusta as contas a receber ao seu valor presente por serem os prazos de vencimento destas de curto prazo e compatíveis com o seu ciclo operacional.

(d) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

(e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

(f) Depósitos judiciais

Os depósitos não são atualizados monetariamente e estão apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda. Os demais investimentos estão avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável.

(h) Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa 13, às quais são anualmente revisadas. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no exigível a longo prazo.

Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

(i) Intangível

Refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação, deduzidos da amortização acumulada calculada pelo método linear correspondente ao prazo estimado de recuperação.

(j) Arrendamento financeiro

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica Empréstimos e Financiamentos, e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa 13.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

(k) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(l) Participação nos resultados e bônus

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia e registrado no passivo circulante sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras Despesas Operacionais".

(m) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base "pró-rata dia".

(o) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência. A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

(p) Plano de previdência privada

Encontram-se reconhecidos pelo regime de competência de exercícios e foram computados conforme descrito na nota explicativa 20.

(q) Transações com empresas ligadas e partes relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com partes relacionadas conforme demonstrado na nota explicativa 19.

(r) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(s) Conversão de moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado no resultado financeiro.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o

investimento no exterior foi registrada como Ajuste Acumulado de Conversão no patrimônio líquido sob a rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial.

(t) Novas práticas contábeis a serem adotadas a partir de 2010

Durante o exercício de 2009, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, várias normas e interpretações a serem adotadas a partir do exercício de 2010. Através do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/Nº 01/2010 de 31 de março de 2010, a CVM esclareceu o entendimento da Deliberação CVM 603 de 10 de novembro de 2009, prorrogando para dezembro de 2010 a aplicação obrigatória dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC editados e aprovados por esta Comissão em 2009. A Companhia decidiu por não contemplar a antecipação da adoção dos novos pronunciamentos.

Baseado no exposto, a Companhia preparou esta Demonstração Financeira de acordo com as práticas contábeis em vigor até 31 de dezembro de 2009, que será reapresentada oportunamente após a adoção integral das novas normas contábeis.

Dentre as normas publicadas em 2009 e aplicáveis à Companhia, as seguintes poderão ter algum impacto nas Demonstrações Financeiras em 2010, nesta situação tendo as cifras do exercício de 2009, reapresentadas para fins de comparação.

i. Pronunciamentos

- CPC 16 – Estoques.
- CPC 20 - Custos de empréstimos.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros.
- CPC 24 - Eventos subsequêntes.
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes.
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.
- CPC 27 - Ativo imobilizado.
- CPC 30 – Receitas.
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro.
- CPC 33 - Benefícios a empregados.
- CPC 34 - Exploração e avaliação de recursos minerais.
- CPC 36 - Demonstrações consolidadas.
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração.
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação.
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação.

ii. Interpretações

- ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.
- ICPC 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.
- ICPC 12 - Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares.

Face à complexidade dos cálculos, das estimativas e definições de diretrizes, a Companhia está avaliando os possíveis impactos nas demonstrações financeiras, até o presente momento não há indicativos que os impactos sejam relevantes.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Contas a receber de terceiros:				
Clientes - Mercado interno (MI)	66.186	62.708	74.442	68.883
Clientes - Mercado externo (ME)	15.259	12.100	15.028	12.724
	81.445	74.808	89.470	81.607
Provisão para devedores duvidosos	(2.619)	(2.348)	(2.801)	(2.555)
Duplicatas descontadas	(5)	(582)	(5)	(582)
Adiantamento sobre cambiais de exportação	(7.451)	(7.236)	(7.451)	(7.236)
	(10.075)	(10.166)	(10.257)	(10.373)
Total de contas a receber	71.370	64.642	79.213	71.234

A composição das contas a receber de terceiros por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
A vencer	74.160	67.679	79.263	73.178
Vencidos até 30 dias	2.416	2.094	2.973	2.791
Vencidos de 31 a 60 dias	257	581	1.527	720
Vencidos de 61 a 90 dias	345	275	590	312
Vencidos de 91 a 180 dias	667	756	1.135	965
Vencidos de 181 a 360 dias	981	1.075	1.181	1.086
Vencidos há mais de 360 dias	2.619	2.348	2.801	2.555
Total contas a receber	81.445	74.808	89.470	81.607

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos financeiros existentes na controladora e no consolidado, em 30 de junho de 2010, classificados como Mantidos até o vencimento são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.10	31.03.10
Aplicações Financeiras (Banco BIC)	1.416	1.297
Aplicações Financeiras (Banco Indusval)	266	260
	1.682	1.557

Aplicações financeiras dadas em garantia a empréstimos financeiros:

As aplicações financeiras são remuneradas pelas variações de 98% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com vencimentos em 15 de setembro de 2010 e 01 de março de 2011.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Produtos acabados	68.394	62.157	70.951	64.819
Produtos em processo	6.905	6.502	6.905	6.502
Matérias-primas e materiais de consumo	8.143	8.040	8.143	8.040
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(9.364)	(8.825)	(9.581)	(9.039)
Total	74.078	67.874	76.418	70.322

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
ICMS	87	46	124	83
IPI (a)	787	698	787	698
IRRF	31	53	400	423
IRPJ	1.177	538	2.558	1.211
CSLL	444	236	964	500
PIS	-	-	125	151
Outros	121	169	275	319
Total	2.647	1.740	5.233	3.385

(a) A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, será mantida até 31 de dezembro de 2010, conforme o Decreto nº 7.222 de 29 de junho de 2010. Esta medida origina créditos que poderão ser compensados futuramente.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Base para Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Prejuízo fiscal	29.846	40.595	29.846	40.595
Diferenças temporárias	17.675	17.261	17.675	17.261
Provisão para contingências	13.387	14.022	13.387	14.022
Base de calculo do PIS reduzida pelo expurgo de ICMS	2.047	1.744	2.047	1.744
Base de calculo da COFINS reduzida pelo expurgo de ICMS	9.443	8.034	9.443	8.034
Portobello previdência	3.248	3.182	3.248	3.182
Outras diferenças temporárias	2.136	1.956	2.136	1.956
Variação cambial pelo regime de caixa	(22.608)	(22.315)	(22.608)	(22.315)
Ajuste na depreciação de máquinas e equipamentos	(9.817)	(8.870)	(9.817)	(8.870)
Provisão sobre aplicação financeira	6.185	6.185	6.185	6.185
Provisão para ajuste a valor de mercado	12.225	11.684	12.225	11.684
Provisão para devedores duvidosos	2.619	2.348	2.619	2.348
Ajuste a valor presente - ICMS PRODEC	(1.190)	(709)	(1.190)	(709)
	47.521	57.856	47.521	57.856

Durante o segundo trimestre de 2010, a Companhia utilizou o prejuízo fiscal acumulado para quitação do parcelamento da MP 470 (nota explicativa 16) conforme facultou a Lei 12.249/2010.

(b) Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de junho de 2010 e têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Imposto de renda diferido				
Sobre prejuízos fiscais	7.461	10.149	7.461	10.149
Sobre diferenças temporárias ativas	4.419	4.315	4.419	4.315
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(9.571)	(11.957)	(9.571)	(11.957)
	2.309	2.507	2.309	2.507
Contribuição social diferida				
Sobre base negativa	2.686	3.653	2.686	3.653
Sobre diferenças temporárias ativas	1.591	1.553	1.591	1.553
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(3.446)	(4.304)	(3.446)	(4.304)
	831	902	831	902
Total	3.140	3.409	3.140	3.409

Em 30 de junho de 2010 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízos fiscais era de R\$ 16.157. Atendendo aos critérios de reconhecimento da Instrução CVM 371 e, baseado na análise do orçamento de 2010, aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia registrou R\$ 13.017 (R\$ 9.571 de imposto de renda e R\$ 3.446 de contribuição social) a título de provisão para ajuste ao valor recuperável.

A expectativa de realização do valor de R\$ 3.140 é baseada no orçamento para 2010 aprovado pelo Conselho de Administração. A Companhia não possui projeções aprovadas para os exercícios seguintes.

(c) Composição dos tributos registrados no resultado:

	2º trimestre de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Imposto de Renda				
Provisão para imposto de renda - corrente	(684)	667	(1.526)	202
Constituição para IR diferido	7.525	-	7.525	-
Realização do IR diferido sobre realização da reserva de reavaliação	99	99	99	99
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(7.723)	(30)	(7.723)	(30)
	(783)	736	(1.625)	271
Contribuição Social				
Provisão para contribuição social - corrente	(249)	242	(554)	72
Constituição para CS diferida	(2.780)	-	(2.780)	-
Realização da CSLL diferida sobre realização da reserva de reavaliação	36	35	36	35
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	2.708	(10)	2.708	(10)
	(285)	267	(590)	97
Total	(1.068)	1.003	(2.215)	368

	Acumulado de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Imposto de Renda				
Provisão para imposto de renda - corrente	(1.173)	-	(2.717)	(1.039)
Constituição para IR diferido	3.116	-	3.116	-
Realização do IR diferido sobre realização da reserva de reavaliação	197	198	197	198
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(2.895)	(60)	(2.895)	(60)
	(755)	138	(2.299)	(901)
Contribuição Social				
Provisão para contribuição social - corrente	(426)	-	(987)	(378)
Constituição para CS diferida	1.122	-	1.122	-
Realização da CSLL diferida sobre realização da reserva de reavaliação	71	70	71	70
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(1.042)	(20)	(1.042)	(20)
	(275)	50	(836)	(328)
Total	(1.030)	188	(3.135)	(1.229)

(d) Reconciliação da alíquota efetiva dos tributos:

	2º trimestre de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Lucro antes dos tributos	8.067	1.065	9.228	1.951
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário à alíquota básica	(2.743)	(362)	(3.138)	(663)
Efeito tributário de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	431	(36)	-	-
Outras despesas não dedutíveis	1.104	(80)	1.105	(116)
Depreciação de ativos reavaliados	(134)	(136)	(134)	(136)
Créditos (débitos) tributários não registrados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores	467	1.523	145	1.189
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	(193)	94	(193)	94
Valor lançado ao resultado	(1.068)	1.003	(2.215)	368

	Acumulado de 2010 e 2009			
	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Lucro antes dos tributos	12.778	3.229	14.923	4.811
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário à alíquota básica	(4.345)	(1.098)	(5.074)	(1.636)
Efeito tributário de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	916	(249)	-	-
Outras despesas não dedutíveis	1.148	(96)	1.111	(147)
Depreciação de ativos reavaliados	(269)	(271)	(269)	(271)
Créditos (débitos) tributários não registrados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores	940	1.714	517	637
(-) Provisão para ajuste ao valor recuperável	580	188	580	188
Valor lançado ao resultado	(1.030)	188	(3.135)	(1.229)

(e) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 referente aos exercícios de 2009 e 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2009 e 2008, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

9. RECEBÍVEIS DA ELETROBRAS, LÍQUIDO

A Companhia pagou entre os anos de 1977 a 1993, através das faturas de energia elétrica, o empréstimo compulsório criado através da Lei nº 4.156/62 com o propósito de financiar a expansão do setor elétrico Brasileiro.

Visando o ressarcimento deste empréstimo compulsório, a Companhia moveu Ação Declaratória Cumulada com Condenatória contra a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, a qual foi julgada procedente, tendo a decisão transitada em julgado em 16 de dezembro de 2005.

Após o trânsito em julgado, a Companhia promoveu em fevereiro de 2006 a Ação de Execução cujo processo já foi embargado pela ELETROBRAS e União Federal. A ELETROBRAS, por ocasião de sua manifestação, reconheceu como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, importância levantada pela Companhia em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da ELETROBRAS, avaliadas em R\$ 1.322 (março de 2008). As referidas ações, pela cotação do IBOVSPA em 30 de junho de 2008, estavam avaliadas em R\$ 1.594 e foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

O Juiz da 2ª Vara Federal de Florianópolis, após as apresentações das manifestações das partes, determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor devido à Companhia, observados os limites e contornos da decisão transitada em julgado. O núcleo de contabilidade apurou o valor de R\$ 12.064, em 01 de fevereiro de 2006, como sendo a importância devida pelo ressarcimento do empréstimo compulsório, observados os acréscimos legais.

A Companhia atualizou o valor apurado pela perícia judicial, observando a mesma metodologia e promovendo a dedução da parcela reconhecida como incontroversa e já recebida, o que importa no saldo remanescente de R\$ 15.205, R\$ 11.586 líquido da provisão de IR e CSLL, (R\$ 10.982 líquido de IR e CS em 31 de março de 2010), o qual está registrado como um recebível no ativo não circulante e é atualizado mensalmente pelo INPC acrescido de 12% a.a.

Em que pese a caracterização de ativo contingente, a Companhia continua postulando em Juízo o reconhecimento adicional de R\$ 3.800, fundados em erro material da contabilidade da Justiça Federal de Florianópolis, que deixou de aplicar corretamente os juros incidentes sobre os créditos já declarados em favor da Companhia. A contabilidade olvidou que o novo código civil estabeleceu novo disciplinamento na apuração dos juros legais (art. 406) o que fundamenta a postulação da diferença.

A Companhia aguarda o julgamento da liquidação de sentença, que deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2010.

10. ATIVOS TRIBUTÁRIOS

(a) A Companhia figura em vários processos judiciais em que postula o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo transitado em julgado favoravelmente à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença, com os valores já apurados pela contabilidade da Justiça Federal (TRF da 1ª Região). Desta forma, a Companhia reconheceu, em Novembro de 2009, o valor incontroverso, atualizado até 30 de junho de 2010, de R\$ 10.075 (R\$ 7.677 líquido da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social).

(b) Os processos nº 1998.34.00.029022-4 e nº 1984.00.020114-0 também encontram-se com sentença definitiva de mérito, em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela justiça federal, de sorte que ainda não podem ser

reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente (vide nota explicativa 16).

Em relação ao processo nº 1998.34.00.029022-4 a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença (trânsito em julgado) que deverá ocorrer até dezembro de 2010 e em relação ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com tributos federais vencidos, a partir de janeiro de 2011.

11. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Títulos e valores mobiliários (a)	6.186	6.186	6.186	6.186
Provisão para perda	(6.186)	(6.186)	(6.186)	(6.186)
Depósitos em garantia	-	-	596	596
ICMS sobre ativo imobilizado	293	293	293	293
Operações com Banco Santos (a)	61	1.041	61	1.041
(-) ACE Longo Prazo	(61)	(1.041)	(61)	(1.041)
Valores a receber - SIMAB (b)	4.535	4.535	4.535	4.535
(-) Provisão para perda	(4.535)	(4.535)	(4.535)	(4.535)
Tributos e taxas municipais (c)	-	207	-	207
Contas a receber de clientes	579	607	579	607
Total	872	1.107	1.468	1.703

- (a) A Companhia registrou provisão para perdas para a totalidade dos títulos e valores mobiliários relativos a operações com o Banco Santos, instituição financeira que teve sua falência decretada em 2005. A Companhia firmou com o Banco Santos S.A. três contratos de Adiantamento de Contrato de Câmbio – ACC, no valor total de US\$ 2.200 mil. Desse total, restam em aberto R\$ 61 que foram embarcados (performado – ACE) e estão classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo, conta redutora de valores a receber de clientes relativo a essa mesma operação e contabilizados neste mesmo grupo. Na mesma oportunidade, em face de exigência de reciprocidade, a Companhia adquiriu debêntures de empresas do mesmo grupo econômico do Banco (SANTOSPAR Investimentos e Participações S.A. e SANVEST Participações S.A.), no valor de R\$ 5.577 (R\$ 6.186 na data da falência). A partir da intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos, várias ações foram realizadas para salvaguardar os interesses da Companhia. Dado o insucesso na esfera administrativa, a Companhia ajuizou ação declaratória com o propósito de compensar os débitos (contratos ACC), cujo saldo importa no valor de R\$ 3.454, com os créditos (Debêntures), no valor de R\$ 5.577. O Juiz de Direito da Vara Cível de Tijucas deferiu tutela antecipada, suspendendo a eficácia do Contrato do ACC 9398, datado de 20 de outubro de 2004.
- (b) A Companhia reconheceu em 30 de setembro de 2007 em seu balanço o montante de contas a receber de longo prazo no valor de R\$ 4.535 referente ao contrato de cessão de créditos tributários (crédito prêmio de Impostos sobre Produto Industrializado – IPI) celebrado com a SIMAB S.A. Na mesma data, a Companhia constituiu provisão para perda no mesmo valor do ativo. A Companhia está diligenciando para postular judicialmente o ressarcimento dos créditos cedidos, em razão da má lograda compensação, conforme estipulação contratual.
- (c) O pedido de ressarcimento de tributos municipais junto a Prefeitura Municipal de Tijucas, no montante de R\$ 207, conforme Decreto Municipal nº 078/2001, foi indeferido no segundo trimestre de 2010.

12. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	Investimentos com passivo a descoberto				Investimentos
	Portobello América, Inc.	PBTech Ltda.	Mineração Portobello	Provisão para perda em investimentos	Portobello Shop S.A.
Capital social integralizado	16.844	3.337	167		400
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 30 de junho de 2010	(28.969)	(2.602)	(358)		4.430
Resultado do exercício em 30 de junho de 2010	(721)	(178)	32		2.137
Participação no capital em %	100,00%	99,94%	99,76%		99,90%
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(27.026)	(2.342)	(378)	(29.746)	480
Resultado da equivalência patrimonial	(296)	(82)	(11)	(389)	1.813
Ajustes acumulados de conversão	(612)	-	-	(612)	-
Saldo em 31 de março de 2010	(27.934)	(2.424)	(389)	(30.747)	2.293
Resultado da equivalência patrimonial	(721)	(178)	31	(868)	2.137
Ajustes acumulados de conversão	(314)	-	-	(314)	-
Saldo em 30 de junho de 2010	(28.969)	(2.602)	(358)	(31.929)	4.430

O efeito líquido da provisão para perda em investimentos no montante de R\$ 868 sobre os investimentos que apresentam passivo a descoberto e da receita de equivalência patrimonial oriunda da participação na Portobello Shop S.A. de R\$ 2.137 foram registrados no resultado na rubrica Resultado de Equivalência Patrimonial.

Durante o período findo em 30 de junho de 2010, a Companhia reconheceu R\$ 314 de perdas com a conversão das demonstrações financeiras da subsidiária integral Portobello América, Inc. que foram convertidas do Dólar Norte-Americano para o Real.

13. IMOBILIZADO

(a) Composição

	Taxa Média Anual de Depreciação	Controladora			Consolidado		
		30.06.10		31.03.10	30.06.10	31.03.10	
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos		11.432	-	11.432	11.432	11.809	11.809
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	89.360	(8.995)	80.365	81.010	80.602	81.260
Máquinas e equipamentos	15%	267.672	(182.329)	85.343	77.301	85.586	77.530
Móveis e utensílios	10%	7.686	(6.774)	912	974	1.027	1.115
Computadores	20%	11.522	(10.963)	559	591	564	593
Outras imobilizações	20%	197	(143)	54	63	54	63
Imobilizações em andamento		1.562	-	1.562	11.089	1.562	11.089
Total		389.431	(209.204)	180.227	182.460	181.204	183.459

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	30.06.10	Controladora				31.03.10
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Terrenos	11.432	-	-	-	-	11.432
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.365	-	-	(645)	-	81.010
Máquinas e equipamentos	85.343	340	10.783	(3.081)	-	77.301
Móveis e utensílios	912	3	-	(65)	-	974
Computadores	559	31	-	(63)	-	591
Outras imobilizações	54	-	(4)	(5)	-	63
Imobilizações em andamento	1.562	1.252	(10.779)	-	-	11.089
Total	180.227	1.626	-	(3.859)	-	182.460

	30.06.10	Consolidado				31.03.10
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	Valor Líquido
Terrenos	11.809	-	-	-	-	11.809
Edificações, obras civis e benfeitorias	80.602	9	-	(667)	-	81.260
Máquinas e equipamentos	85.586	381	10.783	(3.108)	-	77.530
Móveis e utensílios	1.027	3	-	(91)	-	1.115
Computadores	564	35	-	(64)	-	593
Outras imobilizações	54	-	(4)	(5)	-	63
Imobilizações em andamento	1.562	1.252	(10.779)	-	-	11.089
Total	181.204	1.680	-	(3.935)	-	183.459

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia. A revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado aconteceu em 2008, e as mesmas taxas foram mantidas em 2009 e 2010.

A AGE – Assembléia Geral Extraordinária, de 29 de dezembro de 2006, aprovou o registro da reavaliação de terrenos, construções e benfeitorias, suportada em laudo de reavaliação preparado pela Bretas & Associados Engenharia e Consultoria Ltda., empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens. O registro da reavaliação no montante de R\$ 62.652, foi creditado em conta de reserva de reavaliação no montante de R\$ 43.868, líquida dos efeitos fiscais de R\$ 18.784, reconhecidos no passivo não circulante. Esse incremento foi realizado em adição ao saldo de reserva de reavaliação de ativos no montante de R\$ 13.368, relacionados com reavaliações que antecederam o exercício de 2006 e que ainda encontram-se compondo o saldo das reservas de reavaliações.

A composição dos bens reavaliados em 2006 é:

	Valores antes da Reavaliação			Reavaliação 31.12.06	
	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.06	Complemento de Reserva de Reavaliação	Saldo após Reavaliação
Terrenos	5.803	-	5.803	7.402	13.205
Edificações	63.047	(33.566)	29.481	47.656	77.137
Benfeitorias	8.190	(3.189)	5.001	7.594	12.595
	77.040	(36.755)	40.285	62.652	102.937
				(18.784)	
					43.868

(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Valor líquido da reavaliação

Portanto, considerando o complemento das reservas de reavaliações aprovadas pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo da reavaliação de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 50.455 em 30 de junho de 2010 (R\$ 50.850 em 31 de março de 2010), a despesa de depreciação da reavaliação, líquida dos efeitos tributários de IR e CS diferidos passivos, no semestre findo em 30 de junho de 2010 foi de R\$ 791 (R\$ 796 no mesmo período de 2009), e o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido sobre a reserva de reavaliação registrado no passivo não circulante é de R\$ 16.853 (R\$ 16.987 em 31 de março de 2010).

14. INTANGÍVEL

(a) Composição

	Taxa Média Anual de Amortização	Controladora				Consolidado	
		30.06.10		31.03.10		30.06.10	31.03.10
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes		150	-	150	150	152	152
Softwares	20%	12.153	(11.589)	564	955	602	1.002
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(50)	950	1.000	972	1.026
Fundo de comércio		-	-	-	-	80	80
Total		13.303	(11.639)	1.664	2.105	1.806	2.260

(b) Movimentação do intangível

	30.06.10	Controladora				31.03.10
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor Líquido
Marcas e Patentes	150	-	-	-	-	150
Software	564	4	-	(395)	-	955
Direito de exploração de jazidas	950	-	-	(50)	-	1.000
Total	1.664	4	-	(445)	-	2.105

	30.06.10	Consolidado				31.03.10
	Valor Líquido	Adições	Transferências	Amortizações	Baixas	Valor Líquido
Marcas e Patentes	152	-	-	-	-	152
Software	602	4	-	(404)	-	1.002
Direito de exploração de jazidas	972	-	-	(54)	-	1.026
Fundo de comércio	80	-	-	-	-	80
Total	1.806	4	-	(458)	-	2.260

(c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Software	146	210	142	68	27	9
Direito de exploração de jazidas	108	214	200	200	200	50
Total	254	424	342	268	227	59

Os itens Marcas e Patentes e Fundo de Comércio, no montante de R\$ 232, não sofrem amortização.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado		
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	
Circulante					
Moeda estrangeira					
Ancora	1.087	2.144	1.087	2.144	Encargos VC+7,54% a.a.
Nuovafima	968	1.096	968	1.096	VC+7,66% a.a.
Tecnoferrari	969	930	969	930	VC+6,00% a.a.
Adiantamento de contrato de câmbio	2.016	2.624	2.016	2.624	VC+7,00% a.a. (Tx Média)
"Suppliers credit"	3.728	2.805	3.728	2.805	VC+6,25% a.a.
SACMI (a)	796	480	796	480	VC+4,50% a.a.
Banco ABC	-	448	-	448	VC+Libor+3,90% a.a.
Banco ABC	151	299	151	299	VC+Libor+3,60% a.a.
Banco ABC (b)	2.505	2.469	2.505	2.469	VC+6,65% a.a.
Arrendamento financeiro	-	-	5	12	VC+7,50% a.a.
Total moeda estrangeira	12.220	13.295	12.225	13.307	
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque (c)	521	-	521	-	TJLP+6,80% a.a.
Arrendamento financeiro	179	202	179	202	2,16% a.m.
Capital de giro no Brasil	82.476	77.065	82.476	77.065	18,78% a.a. (Tx Média)
Total moeda nacional	83.176	77.267	83.176	77.267	
Total do circulante	95.396	90.562	95.401	90.574	
Não circulante					
Moeda estrangeira					
Ancora	-	45	-	45	Vencimento Maio/2011 VC+7,54% a.a.
Nuovafima	230	520	230	520	Nov/2011 VC+7,66% a.a.
Tecnoferrari	119	324	119	324	Ago/2011 VC+6,00% a.a.
"Suppliers credit"	12.237	13.282	12.237	13.282	Mar/2014 VC+6,25% a.a.
SACMI	4.243	4.544	4.243	4.544	Out/2016 VC+4,50% a.a.
Banco ABC (b)	1.878	2.469	1.878	2.469	Mar/2012 VC+6,65% a.a.
Total moeda estrangeira	18.707	21.184	18.707	21.184	
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque (c)	3.500	-	3.500	-	Mar/2013 TJLP+6,80% a.a.
PRODEC (d)	2.530	1.936	2.530	1.936	Jun/2014 4,00% a.a. + UFIR
Arrendamento financeiro	102	138	102	138	Abr/2012 2,16% a.m.
Capital de giro no Brasil	10.617	14.232	11.356	14.990	Mar/2013 18,44% a.a. (Tx Média)
Total moeda nacional	16.749	16.306	17.488	17.064	
Total do não circulante	35.456	37.490	36.195	38.248	
Total	130.852	128.052	131.596	128.822	

Exim Pré-embarque - Modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para produção de produtos destinados à exportação.

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

LIBOR - London Interbank Offered Rate

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

(a) **SACMI** - Em janeiro de 2010, a Companhia celebrou um contrato, direto com o fornecedor, para compra de maquinários, com juros de 4,50% a.a. e prazo de 7 anos, sendo 2 anos de carência. Para esse contrato foi dado como garantia o maquinário e aval dos acionistas controladores.

(b) **Banco ABC Brasil S.A** - Em março de 2010, a Companhia celebrou um contrato de pré-pagamento no valor de US\$ 2,780 milhões com juros de 6,65% a.a. e prazo de 2 anos. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A.

(c) **Exim Pré-embarque** - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de “BNDES – exim Pré-embarque TJ-462” no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

(d) **Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC)** - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 30 de junho de 2010 foi de 10,16% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos e recebíveis, reciprocidade com aplicações financeiras, aval dos controladores e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 29.151.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
2011	9.060	13.357	9.060	13.357
2012	14.025	12.282	14.764	13.040
2013	9.082	8.478	9.082	8.478
2014	2.103	2.199	2.103	2.199
2015	593	587	593	587
2016	593	587	593	587
	35.456	37.490	36.195	38.248

16. PARCELAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Obrigações Fiscais	Pedido de Parcelamento		30.06.10	31.03.10
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	53	11.594	11.987
	IPI	Dez/09	53	7.983	8.259
	PIS	Mar/09	44	458	479
	COFINS	Mar/09	44	2.109	2.208
	IRPJ	Mar/09	44	3.348	3.506
	CSLL	Mar/09	44	1.245	1.304
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	180	115.865	114.523
	MP 470 (b)	Nov/09	-	-	5.524
Total da Controladora				142.602	147.790
Parcela do circulante				14.469	19.629
Parcela do não circulante				128.133	128.161
PBTech Ltda.	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	180	297	291
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	52	955	988
	PIS	Mar/09	11	3	3
	COFINS	Mar/09	44	158	165
	IRPJ	Mar/09	44	1.213	1.271
	CSLL	Mar/09	44	440	461
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	180	547	538
Total das Controladas				3.613	3.717
Total do Consolidado				146.215	151.507
Parcela do circulante				15.245	20.389
Parcela do não circulante				130.970	131.118

Os parcelamentos indicados acima estão sujeitos a atualização pela SELIC e estão sendo recolhidos no prazo.

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
2010	7.236	16.103	7.624	16.673
2011	14.469	14.106	15.243	14.865
2012	14.469	14.106	15.242	14.864
2013	14.469	14.106	15.242	14.864
2014	12.472	12.148	12.798	12.462
2015	8.084	7.853	8.143	7.910
2016	8.084	7.853	8.143	7.910
2017	8.084	7.853	8.143	7.910
2018	8.084	7.853	8.143	7.910
2019	8.084	7.853	8.143	7.910
2020	8.084	7.853	8.143	7.910
2021	8.084	7.853	8.143	7.910
2022	8.084	7.853	8.143	7.910
2023	8.084	7.853	8.143	7.910
2024	6.731	6.544	6.779	6.589
	142.602	147.790	146.215	151.507

(a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e está aguardando a consolidação da Fazenda Nacional, recolhendo a parcela mínima de R\$ 390.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. Estas desistências de ações contra as autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa 10(b).

(b) MP 470 e MP 472 (convertida em Lei nº 12.249/10)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela Medida Provisória 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado a utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou neste trimestre R\$ 3.252 (vide nota explicativa 22) considerando o parcelamento liquidado.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional indeferiu o pedido em 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito. A Companhia havia diligenciado no sentido de requerer a desistência/renúncia das ações judiciais que contestavam o crédito tributário. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional - Santa Catarina que a desistência/renúncia devia alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do

Crédito Prêmio de IPI, referidas Nota Explicativa 10, motivo que ensejou o indeferimento parcial do parcelamento a que alude a Medida Provisória 470. A Companhia, irredimida com as razões do indeferimento, impetrou Mandado de Segurança com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações. A medida liminar foi negada. Houve interposição de recurso (agravo de instrumento), cuja liminar também foi indeferida. Não obstante, o Departamento Jurídico da Companhia sustenta que é provável reverter à situação jurídica e seguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. Segundo os assessores jurídicos da Companhia o mérito deverá ser julgado em 60 dias.

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
IRRF	566	436	685	573
ICMS	1.340	772	1.345	783
PIS	78	188	127	229
COFINS	358	942	586	1.131
IRPJ	1.173	488	2.718	1.191
CSLL	426	178	986	433
Outros	67	10	207	146
	4.008	3.014	6.654	4.486

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingências é suficiente para cobrir perdas prováveis.

A abertura do saldo da provisão para contingências, reduzido pelos correspondentes depósitos judiciais pode ser assim apresentadas:

Controladora	Depósitos Judiciais	Montante Provisionado	30.06.10	Depósitos Judiciais	Montante Provisionado	31.03.10
	Cíveis	-	1.819	1.819	-	1.796
Trabalhistas	(530)	9.903	9.373	(564)	10.596	10.032
Tributária	(1.262)	1.665	403	(1.226)	1.630	404
Tributária (a)	-	11.491	11.491	-	9.778	9.778
	(1.792)	24.878	23.086	(1.790)	23.800	22.010
		Circulante	4.822		Circulante	5.404
		Não Circulante	18.264		Não Circulante	16.606

Consolidado	Depósitos Judiciais	Montante Provisonado	30.06.10	Depósitos Judiciais	Montante Provisonado	31.03.10
	Cíveis	-	1.844	1.844	-	1.813
Trabalhistas	(530)	9.903	9.373	(564)	10.596	10.032
Tributária	(1.262)	1.665	403	(1.226)	1.630	404
Tributária (a)	-	11.491	11.491	-	9.778	9.778
	(1.792)	24.903	23.111	(1.790)	23.817	22.027
		Circulante	4.847		Circulante	5.421
		Não Circulante	18.264		Não Circulante	16.606

Tributária

(a) A Companhia obteve, em 16 de abril de 2008, liminar concedida através do Mandado de Segurança 2008.34.00.011286-4, para excluir o tributo estadual - ICMS da base de cálculo das contribuições federais do PIS e da COFINS. A partir desta liminar, a Companhia passou a calcular e recolher o PIS e a COFINS desconsiderando o ICMS da sua base de cálculo. Em 30 de junho de 2010 o montante provisionado atualizado é de R\$ 11.491.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no exercício.

Os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos advogados da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas em: perda provável, perda possível ou perda remota. Os valores classificados como perda provável são provisionados nos montantes estimados de perda e os valores classificados como perda possível são divulgados em Nota Explicativa.

Demonstrativo da movimentação da provisão e depósitos para contingências:

Controladora	Provisões				Depósitos Judiciais		Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Trabalhista	Tributária	
31.03.10	1.796	10.596	1.630	9.778	(564)	(1.226)	22.010
Depósitos	-	-	-	-	(31)	(36)	(67)
Provisões	40	196	35	1.713	-	-	1.984
Baixas	(17)	(889)	-	-	65	-	(841)
30.06.10	1.819	9.903	1.665	11.491	(530)	(1.262)	23.086

Consolidado	Provisões				Depósitos Judiciais		Total
	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Trabalhista	Tributária	
31.03.10	1.813	10.596	1.630	9.778	(564)	(1.226)	22.027
Depósitos	-	-	-	-	(31)	(36)	(67)
Provisões	48	196	35	1.713	-	-	1.992
Baixas	(17)	(889)	-	-	65	-	(841)
30.06.10	1.844	9.903	1.665	11.491	(530)	(1.262)	23.111

Demonstrativo da exposição máxima (riscos de perdas prováveis e possíveis):

Controladora	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Total
Provável	1.819	9.903	1.665	11.491	24.878
Possível	607	3.792	-	-	4.399
	2.426	13.695	1.665	11.491	29.277

Consolidado	Cível	Trabalhista	Tributária	Tributária (a)	Total
Provável	1.844	9.903	1.665	11.491	24.903
Possível	622	3.792	-	-	4.414
	2.466	13.695	1.665	11.491	29.317

Perda Possível – não foram constituídas provisões contábeis para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia como perdas possíveis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas cíveis e trabalhistas, a seguir apresentadas:

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 106 reclamações trabalhistas (94 reclamações em 31 de março de 2010), movidas por ex-colaboradores e terceiros. Os pedidos referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial, correção monetária do FGTS e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. O montante em risco estimado é de R\$ 2.420.

Notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa, e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa. O valor atualizado em risco em 30 de junho de 2010 é de R\$ 1.372.

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 162 ações cíveis (130 ações em 31 de março de 2010), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. O montante estimado em risco é de R\$ 622.

19. EMPRESAS LIGADAS E PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre as Companhias do grupo, foram realizadas conforme abaixo.

	Empresas Controladas								Total	
	Portobello América, Inc.		PBTech Com. Serv. Ltda.		Portobello Shop S.A.		Mineração Portobello Ltda.			
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
ATIVO										
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	-	60	22	-	-	60	22
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	844	899	844	899
Créditos com Controladas - Contas a Receber LP	34.937	32.396	2.220	2.364	-	-	-	-	37.157	34.760
Créditos com Controladas - Contratos de Mútuo	-	-	703	648	-	-	-	-	703	648
Total	34.937	32.396	2.923	3.012	60	22	844	899	38.764	36.329
PASSIVO										
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	-	-	-	5.541	3.074	-	-	5.541	3.074
Total	-	-	-	-	5.541	3.074	-	-	5.541	3.074
RESULTADO										
Receita de Venda de Produtos	5.810	5.641	608	-	-	-	-	-	6.418	5.641
Receita de Prestação de Serviços	-	-	-	-	3.049	2.674	-	-	3.049	2.674
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-	-	(1.448)	(1.364)	-	-	(1.448)	(1.364)
Compra de Produtos	-	-	-	-	-	-	(772)	(322)	(772)	(322)
Total	5.810	5.641	608	-	1.601	1.310	(772)	(322)	7.247	6.629
	Empresas Ligadas								Total	
	Refinadora Catarinense S.A		Solução Cerâmica e Com. Ltda.		FHM Consult., Adm. e Particip. Ltda.					
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
ATIVO										
Valores a Receber	90.349	88.470	-	-	-	-	90.349	88.470		
Contas a Receber de Clientes	-	-	566	204	-	-	566	204		
Total	90.349	88.470	566	204	-	-	90.915	88.674		
PASSIVO										
Adiantamento de Clientes	-	-	320	424	-	-	320	424		
Total	-	-	320	424	-	-	320	424		
RESULTADO										
Despesas Consultoria Pessoa Jurídica	-	-	-	-	150	-	150	-		
Total	-	-	-	-	150	-	150	-		

A definição do preço de venda de produtos da Controladora para as empresas Controladas é custo acrescido de 15%, diferente do exercício anterior onde era 5% inferior ao praticado com terceiros, por não existir despesa com comissão de agente.

Os contratos de mútuo com empresas ligadas são remunerados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e possuem vencimento em 31 de dezembro de 2011.

Nas operações com a Portobello America Inc. está sendo avaliada a alternativa de transformação de parte do contas a pagar para com a Companhia em capital da subsidiária.

Refinadora Catarinense

Durante os anos de 2001 a 2003, a Companhia adquiriu da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ou "Refinadora", créditos fiscais contra a Fazenda Federal. Os créditos da Refinadora tiveram origem em pretensão formalizada em Mandado de Segurança, por ela impetrado em face da Fazenda Nacional, reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI durante o período de 24 de julho de 1991 a 23 de julho de 2001. No período de janeiro de 2001 a janeiro de 2003, a Companhia utilizou os referidos créditos, no montante de R\$ 42.102, para liquidação de tributos federais gerados e devidos pela Companhia, liquidação essa expressamente amparada por decisão judicial prolatada nos autos do Mandado de Segurança. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Federal, com a ulterior homologação das compensações realizadas, a Refinadora deveria ressarcir a Companhia pelo montante que eventualmente viesse a desembolsar para liquidação definitiva dos tributos federais que foram compensados com aqueles créditos.

Por ocasião da edição da Lei nº 11.941, que oportunizou aos contribuintes o parcelamento dos débitos tributários, em até 180 meses, a Companhia entendeu por aderir ao parcelamento extraordinário, confessando expressamente o débito tributário, com os benefícios de redução de juros e multas, notadamente porque o Supremo Tribunal Federal já havia se pronunciado acerca do marco extintivo do crédito-prêmio do IPI, ocorrido em 04 de outubro de 1990, o que acarretou em extinguir as pretensões deduzidas na ação acima reportada.

Ressalta-se que a Refinadora já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados em compensação tributária, ao final glosados, contingenciando a perda do processo, com o valor da garantia registrado no ativo não circulante. A referida garantia foi prestada com créditos originados do processo nº 87.00.00967-9, que versa também sobre benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada.

A partir da confissão dos débitos fiscais, as empresas – Portobello e Refinadora – resiliaram o contrato de garantia e firmaram um Contrato de Dação em Pagamento com Cessão de Créditos, no valor de R\$ 90.349, como forma de substituir a garantia, servindo os créditos ora cedidos como aptos à satisfação da totalidade dos créditos tributários parcelados. Os créditos oferecidos em dação em pagamento também têm origem no processo nº 87.00.00967-9, e são atualizados monetariamente pela taxa SELIC, conforme contrato.

Adicionalmente, a Refinadora Catarinense S/A permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

Importa dizer que os créditos em dação em pagamento estão na iminência de transformarem-se em precatório, cuja expectativa de recebimento destes haveres será iniciado no exercício de 2011, ocasião em que a Companhia poderá iniciar o procedimento de compensação tributária, aguardar a conversão em pecúnia ou comercializar o precatório.

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria e gerência, registradas no trimestre findo em 30 de junho de 2010 são:

	Acumulado de 2010 e 2009	
	30.06.10	30.06.09
Salários e encargos	2.933	2.586
Honorários de diretoria e encargos	951	893
Plano de previdência	219	210
Outros	550	449
Total	4.653	4.138

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia desde 01 de novembro de 1997 patrocina plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 41 colaboradores. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade. A avaliação atuarial, atualizada até 30 de junho de 2010, apresenta um superávit R\$ 1.172 (R\$ 1.317 em março de 2010), o qual não está registrado contabilmente.

Em 30 de junho de 2010, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 3.249 (R\$ 3.183 em 31 de março de 2010) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

Durante o segundo trimestre de 2010 foram registrados no resultado, gastos com contribuições para este plano o montante de R\$ 207 (R\$ 186 no mesmo período em 2009), registrada sob a rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

Premissas Atuariais

As principais premissas atuariais, em 30 de junho, são as seguintes:

	30.06.10	30.06.09
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital autorizado

Em 27 de novembro de 2007 em Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada, na forma do art. 136 da Lei nº 6.404/76, a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para uma ação preferencial que efetivamente aconteceu em 10 de janeiro de 2008, data em que a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 112.957 (R\$ 112.957 em março de 2010) que está representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembléias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

(b) Reserva de reavaliação

Constituída em 2006 com base em laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, sendo transferida para lucros acumulados na mesma proporção da depreciação ou baixa dos bens que a geraram (nota explicativa 13).

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

(a) Movimentação do 2º trimestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários	86	2.778	86	2.778
Receita de serviços com partes relacionadas	794	523	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	93	137	93	137
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	-	401	-	401
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 16)(b)	3.252	-	3.252	-
Outras receitas	2	291	7	241
Total de outras receitas operacionais	4.227	4.130	3.438	3.557
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 18)	(215)	(344)	(223)	(369)
Tributos sobre outras receitas	(54)	(82)	(54)	(82)
Tributos e taxas municipais (nota 11 (c))	(207)	-	(207)	-
Atualização de passivo atuarial	(139)	-	(139)	-
Outras despesas	(191)	(41)	(192)	(239)
Total de outras despesas operacionais	(806)	(467)	(815)	(690)
Total líquido	3.421	3.663	2.623	2.867

(a) A partir de 2010, a atualização dos ativos passou a ser contabilizada como receita financeira.

(b) Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados.

(b) Movimentação do 1º semestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários	86	6.516	86	6.516
Receita de serviços com partes relacionadas	1.607	1.085	-	-
Receita de serviços prestados a terceiros	199	196	199	196
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	-	766	-	766
Venda de imobilizado	-	145	-	145
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 16)(b)	3.252	-	3.252	-
Outras receitas	31	410	45	354
Total de outras receitas operacionais	5.175	9.118	3.582	7.977
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 18)	(463)	(573)	(472)	(640)
Tributos sobre outras receitas	(104)	(168)	(104)	(168)
Indenização sobre contrato de terceiros	(121)	-	(121)	-
Tributos e taxas municipais (nota 11 (c))	(207)	-	(207)	-
Atualização de passivo atuarial	(139)	-	(139)	-
Outras despesas	(258)	(89)	(259)	(435)
Total de outras despesas operacionais	(1.292)	(830)	(1.302)	(1.243)
Total líquido	3.883	8.288	2.280	6.734

(a) A partir de 2010, a atualização dos ativos passou a ser contabilizada como receita financeira.

(b) Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados.

23. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a equipamentos de informática e veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes períodos seguintes é:

	30.06.10	31.03.10
Até um ano	179	202
Mais de um ano até cinco anos	102	138
Total	281	340

24. RESULTADO FINANCEIRO

(a) Movimentação do 2º trimestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Receitas financeiras				
Juros	121	97	263	308
Juros sobre créditos tributários	8	288	8	288
Descontos recebidos	21	79	39	82
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	604	-	604	-
Ativos tributários (nota 10)(a)	165	-	165	-
Contrato de dação com partes relacionadas (b)	1.875	-	1.875	-
	2.794	464	2.954	678
Despesas financeiras				
Juros	(5.397)	(5.654)	(5.456)	(5.689)
Comissões e taxas de serviços	(967)	(373)	(974)	(373)
Encargos financeiros com tributos	(3.530)	(2.463)	(3.601)	(2.637)
Deságios/despesas bancárias	(208)	(116)	(208)	(122)
Descontos concedidos	(143)	(108)	(144)	(109)
IOF	(239)	(508)	(239)	(508)
Outros	-	-	(26)	-
	(10.484)	(9.222)	(10.648)	(9.438)
Variação cambial líquida				
Variação cambial ativa	4.741	19.173	4.741	19.173
Aplicações financeiras	5	72	5	72
Contas a Receber	2.624	6.438	2.624	6.438
Fornecedores	866	3.115	866	3.115
Empréstimos e Financiamentos	1.240	9.534	1.240	9.534
Comissões	6	14	6	14
Variação cambial passiva	(3.945)	(15.953)	(3.945)	(15.953)
Aplicações financeiras	-	(1.727)	-	(1.727)
Contas a Receber	(2.064)	(13.269)	(2.064)	(13.269)
Fornecedores	(680)	(951)	(680)	(951)
Empréstimos e Financiamentos	(1.200)	(2)	(1.200)	(2)
Comissões	(1)	(4)	(1)	(4)
	796	3.220	796	3.220
Resultado financeiro líquido	(6.894)	(5.538)	(6.898)	(5.540)

(a) Em 2009, a atualização do empréstimo compulsório era contabilizada na conta de outras receitas operacionais.

(b) Trata-se da seção de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento. Em 2009 o reflexo desta atualização no resultado era nulo em função da utilização do mesmo índice de atualização para o ativo e para o passivo.

(b) Movimentação do 1º semestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Receitas financeiras				
Juros	226	298	551	774
Juros sobre créditos tributários	169	988	169	988
Descontos recebidos	49	154	68	157
Atualização empréstimo compulsório Eletrobrás (nota 9)(a)	1.025	-	1.025	-
Ativos tributários (nota 10)(a)	312	-	312	-
Contrato de dação com partes relacionadas (b)	3.578	-	3.578	-
	5.359	1.440	5.703	1.919
Despesas financeiras				
Juros	(11.048)	(11.659)	(11.151)	(11.737)
Comissões e taxas de serviços	(1.189)	(753)	(1.201)	(753)
Encargos financeiros com tributos	(6.786)	(5.223)	(6.924)	(5.830)
Deságios/despesas bancárias	(518)	(462)	(518)	(473)
Descontos concedidos	(170)	(159)	(172)	(161)
IOF	(600)	(508)	(600)	(508)
Outros	-	(292)	(64)	(292)
	(20.311)	(19.056)	(20.630)	(19.754)
Variação cambial líquida				
Variação cambial ativa	12.160	23.973	12.160	23.973
Aplicações financeiras	419	393	419	393
Contas a Receber	7.412	7.836	7.412	7.836
Fornecedores	1.406	3.277	1.406	3.277
Empréstimos e Financiamentos	2.909	12.452	2.909	12.452
Comissões	14	15	14	15
Variação cambial passiva	(10.737)	(20.445)	(10.737)	(20.445)
Aplicações financeiras	(207)	(2.174)	(207)	(2.174)
Contas a Receber	(5.916)	(15.269)	(5.916)	(15.269)
Fornecedores	(1.390)	(971)	(1.390)	(971)
Empréstimos e Financiamentos	(3.221)	(1.990)	(3.221)	(1.990)
Comissões	(3)	(41)	(3)	(41)
	1.423	3.528	1.423	3.528
Resultado financeiro líquido	(13.529)	(14.088)	(13.504)	(14.307)

(a) Em 2009, a atualização do empréstimo compulsório era contabilizada na conta de outras receitas operacionais.

(b) Trata-se da seção de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S/A oferecidos em dação em pagamento.

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de junho de 2010, a cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado, produtos em estoques e lucros cessantes, é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros.

	Controladora e Consolidado
	2010
Coberturas	
Incêndio/Raio/Explosão Qualquer Natureza	84.000
Danos Elétricos	1.000
Tumultos	1.000
Vendaval/Fumaça c/impacto de Veículos	3.000
Responsabilidade Civil - Operações	2.500
Responsabilidade Civil - Empregador	2.500
Lucro Cessante dec. Vendaval c/Impacto	16.000
Lucro Cessante dec. Básica	16.000

26. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com honorários da administração somaram R\$ 397 no segundo trimestre de 2010 (R\$ 361 no segundo trimestre de 2009). E totalizaram neste primeiro semestre R\$ 793 (R\$ 747 no mesmo período de 2009). A Assembléia Geral Ordinária de 19 de abril de 2010 aprovou, para o referido exercício, a remuneração global dos administradores no montante máximo R\$ 4.320.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

As aplicações financeiras em fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos são avaliadas utilizando-se a técnica de marcação a mercado. Os Certificados de Depósitos Bancários são precificados pela curva, mas dada as suas características de prazo e liquidez, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos pelo valor justo, líquido dos custos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Os investimentos limitam-se a investimentos em controladas, registrado pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Gestão de riscos financeiros

A Companhia monitora regularmente sua exposição a esses riscos que são controlados e gerenciados por suas Tesouraria e Diretoria Financeira.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. Não foi utilizado qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo.

(c) Risco de crédito

A Companhia mantém rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em títulos públicos federais e títulos privados de baixo risco.

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeiras.

(e) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O montante da dívida em moeda estrangeira equivale à aproximadamente 7 meses de receitas de exportação tomando-se como base a média do exercício de 2010. A receita exposta a variação cambial no período de amortização é próxima ao serviço da dívida, dispondo, portanto, de “hedge”, natural em seu fluxo de caixa.

Risco de Exposição Cambial:

	Controladora em Reais		Consolidado em Reais	
	30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Contas a receber	15.259	12.100	15.028	12.724
Adiantamento a Fornecedores	86	2	86	2
Investimentos em controladas	(28.969)	(27.934)	(28.969)	(27.934)
Fornecedores	(2.007)	(3.577)	(2.803)	(4.358)
Empréstimos e financiamentos	(30.927)	(34.479)	(30.932)	(34.491)
Passivos líquidos expostos	(46.558)	(53.888)	(47.590)	(54.057)

		Controladora em Moeda Estrangeira		Consolidado em Moeda Estrangeira	
		30.06.10	31.03.10	30.06.10	31.03.10
Contas a receber	Euro	314	318	314	318
Contas a receber	Dólar	6.085	5.564	8.547	7.194
Adiantamento a fornecedores	Euro	38	-	38	-
Adiantamento a fornecedores	Dólar	-	1	-	1
Investimentos em controladas	Dólar	(16.801)	(15.684)	(16.081)	(15.684)
Fornecedores	Euro	(733)	(1.071)	(733)	(1.071)
Fornecedores	Dólar	(145)	(446)	(587)	(885)
Empréstimos e financiamentos	Euro	(1.530)	(2.101)	(1.530)	(2.101)
Empréstimos e financiamentos	Dólar	(14.176)	(15.053)	(14.179)	(15.060)

(f) Derivativos

A Companhia não celebrou instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) indeferiu o pedido de adesão ao parcelamento da Medida Provisória 470 (vide nota explicativa 16b). A Companhia impetrou o Mandado de Segurança contra a decisão da PGFN. Esta medida liminar foi negada pela Justiça Federal. Não obstante, o Departamento Jurídico da Companhia sustenta que é provável reverter à situação jurídica e seguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. Segundo os assessores jurídicos da Companhia o mérito deverá ser julgado em 60 dias.

Os valores envolvidos são:

- 1) Valor do débito/dívida confessada: R\$ 144.047
- 2) Redução da dívida: R\$ 85.802
- 3) Utilização de créditos fiscais: R\$ 49.336
- 4) Saldo: R\$ 8.808 (pedido de parcelamento em 12 vezes)

29. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(a) Movimentação do 2º trimestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Receitas	147.055	116.842	157.945	125.578
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	142.143	116.924	154.946	125.285
Outras Receitas	5.183	-	3.245	19
Reversão (provisão) Crédito Liquidação Duvidosa	(271)	(82)	(246)	274
Insumos Adquiridos de Terceiros	(75.384)	(65.206)	(80.553)	(69.822)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos	(58.883)	(50.153)	(60.153)	(50.716)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(16.784)	(15.077)	(20.683)	(19.130)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	283	24	283	24
Valor Adicionado Bruto	71.671	51.636	77.392	55.756
Retenções	(4.304)	(3.948)	(4.363)	(4.110)
Depreciação e Amortização	(4.304)	(3.948)	(4.363)	(4.110)
Valor Adicionado Líquido Produzido	67.367	47.688	73.029	51.646
Valor Adicionado Recebido em Transferência	8.804	19.533	7.695	19.851
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.269	(104)	-	-
Receitas Financeiras	7.535	19.637	7.695	19.851
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>76.171</u>	<u>67.221</u>	<u>80.724</u>	<u>71.497</u>
Distribuição do Valor Adicionado	<u>76.171</u>	<u>67.221</u>	<u>80.724</u>	<u>71.497</u>
Pessoal	<u>20.465</u>	<u>17.736</u>	<u>22.223</u>	<u>19.796</u>
Remuneração Direta	17.524	15.629	19.069	17.526
Benefícios	1.730	1.213	1.872	1.304
FGTS	1.211	894	1.282	966
Impostos, Taxas e Contribuições	<u>33.189</u>	<u>21.199</u>	<u>35.632</u>	<u>22.513</u>
Federais	17.347	8.994	19.756	10.137
Estaduais	15.826	12.200	15.855	12.370
Municipais	16	5	21	6
Remuneração de Capitais de Terceiros	<u>15.518</u>	<u>26.218</u>	<u>15.858</u>	<u>26.870</u>
Juros	14.428	25.174	14.599	25.388
Aluguéis	1.090	1.044	1.259	1.482
Remuneração de Capitais Próprios	<u>6.999</u>	<u>2.068</u>	<u>7.011</u>	<u>2.318</u>
Lucros Retidos	6.999	2.068	7.011	2.318

(b) Movimentação do 1º semestre 2010 e 2009

	Controladora		Consolidado	
	30.06.10	30.06.09	30.06.10	30.06.09
Receitas	273.702	233.112	293.533	252.199
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	266.879	233.386	290.488	252.216
Outras Receitas	7.034	-	3.220	42
Reversão (constituição) de provisão para crédito liquidaçãc	(211)	(274)	(175)	(59)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(141.627)	(123.755)	(150.223)	(134.768)
Custo dos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos	(107.952)	(95.778)	(110.281)	(98.381)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(33.835)	(28.017)	(40.102)	(36.427)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	160	40	160	40
Valor Adicionado Bruto	132.075	109.357	143.310	117.431
Retenções	(8.389)	(6.990)	(8.596)	(7.304)
Depreciação e Amortização	(8.389)	(6.990)	(8.596)	(7.304)
Valor Adicionado Líquido Produzido	123.686	102.367	134.714	110.127
Valor Adicionado Recebido em Transferência	20.212	24.682	17.863	25.892
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.693	(731)	-	-
Receitas Financeiras	17.519	25.413	17.863	25.892
Valor Adicionado Total a Distribuir	143.898	127.049	152.577	136.019
Distribuição do Valor Adicionado	143.898	127.049	152.577	136.019
Pessoal	37.784	34.579	41.254	39.173
Remuneração Direta	32.319	30.468	35.281	34.752
Benefícios	3.235	2.387	3.535	2.560
FGTS	2.230	1.724	2.438	1.861
Impostos, Taxas e Contribuições	61.169	47.528	65.691	50.255
Federais	31.497	23.157	35.928	25.501
Estaduais	29.611	24.339	29.671	24.717
Municipais	61	32	92	37
Remuneração de Capitais de Terceiros	33.197	41.525	33.848	43.011
Juros	31.049	39.497	31.381	40.197
Aluguéis	2.148	2.028	2.467	2.814
Remuneração de Capitais Próprios	11.748	3.417	11.784	3.580
Lucros Retidos	11.748	3.417	11.784	3.580

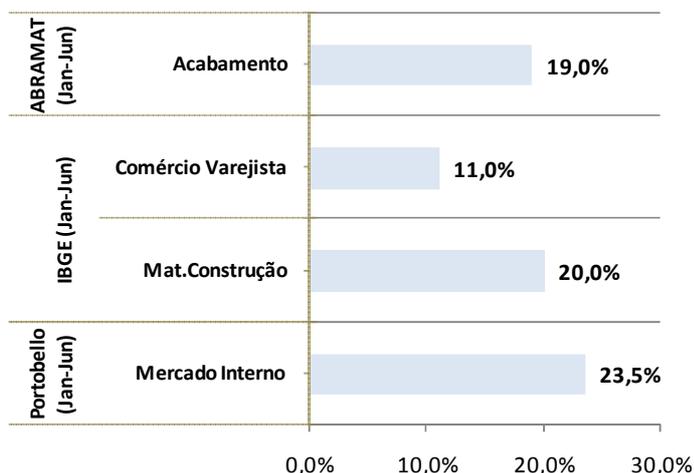
A Portobello S/A - código BOVESPA: PTBL3, uma das maiores empresas do setor de revestimento cerâmico brasileiro, listada no segmento tradicional da BOVESPA desde 1991 e no Novo Mercado desde abril de 2008, apresenta seus resultados do segundo trimestre de 2010. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas de forma consolidada, de acordo com a Legislação Societária Brasileira, e as comparações referem-se ao segundo trimestre de 2009 e ao segundo trimestre de 2008, exceto onde indicado em contrário.

DESTAQUES (comparações de 2010 e 2009)

- Crescimento de 27% na Receita Líquida;
- Crescimento de 202% no Resultado Líquido;
- Crescimento de 77% no EBITDA (97% no EBITDA Ajustado);
- Portobello Shop foi premiada com o Selo de Excelência e destaque em Franchising na categoria “Master” da Associação Brasileira de Franchising (ABF).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração continua focando com absoluta prioridade a implementação de medidas para aumentar a rentabilidade e a eficiência operacional da Companhia. Como resultado houve geração de caixa no trimestre (EBITDA) superior a R\$ 20 milhões, valor 77% superior ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida da empresa superou a marca dos R\$ 126 milhões, 27% superior ao segundo trimestre de 2009, estabelecendo novo recorde trimestral. O lucro líquido no valor de R\$ 7 milhões foi 202% maior que o resultado do mesmo período de 2009.



Comparando com o segundo trimestre de 2009, as vendas do mercado interno mantiveram-se em crescimento, sendo 29% superior em receita líquida e 15% superior em volume. Na comparação semestral, as vendas no mercado interno cresceram mais de 23%, enquanto que o mercado brasileiro de construção civil - material de acabamento cresceu 19% conforme a ABRAMAT.

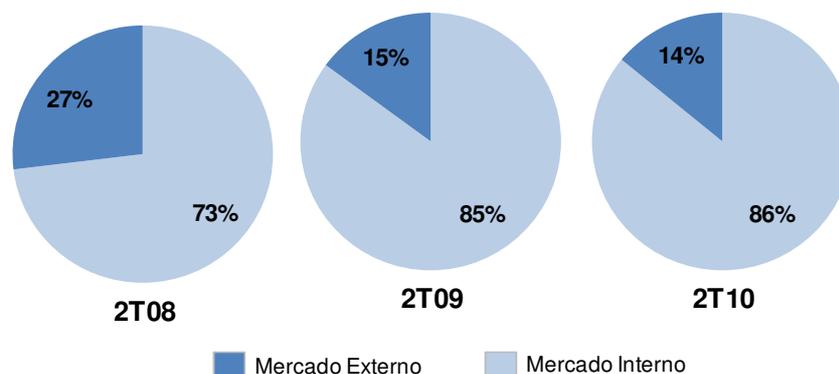
DISTRIBUIÇÃO

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno: Três são os canais de distribuição: (i) “revendas multi-marcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 105 lojas localizadas em 88 cidades, este canal é a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

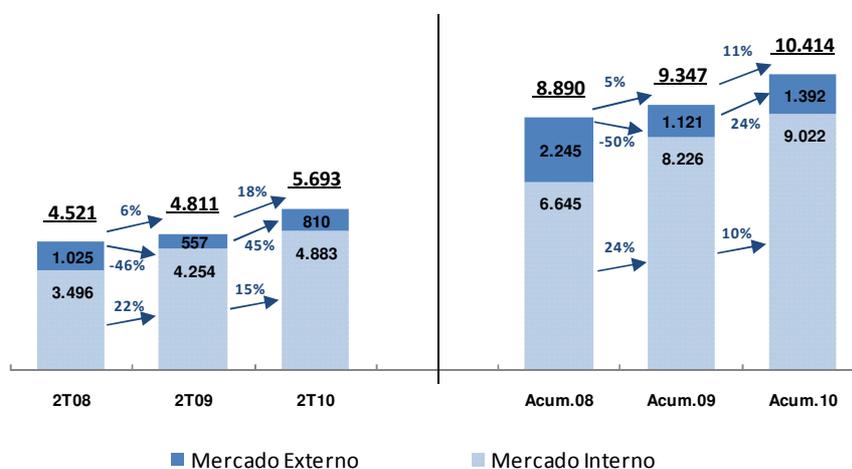
Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos Países, inclusive da subsidiária no exterior.

Distribuição da Receita

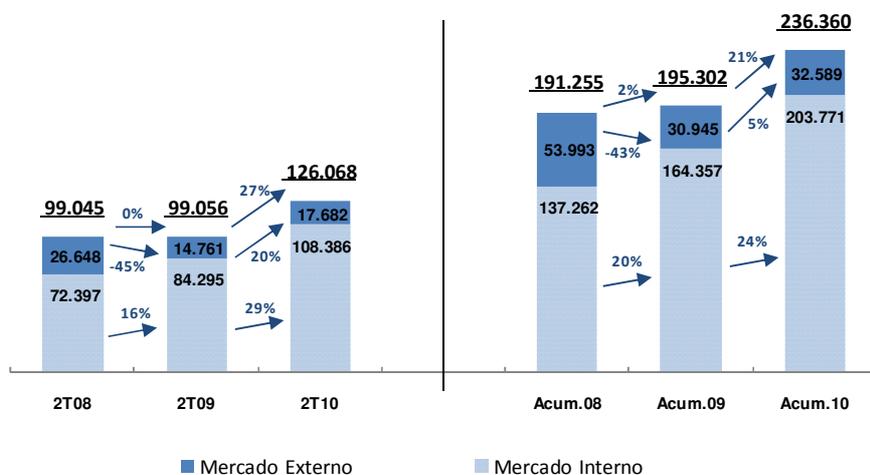


DESEMPENHO COMERCIAL

Volume de Vendas (mil m²)



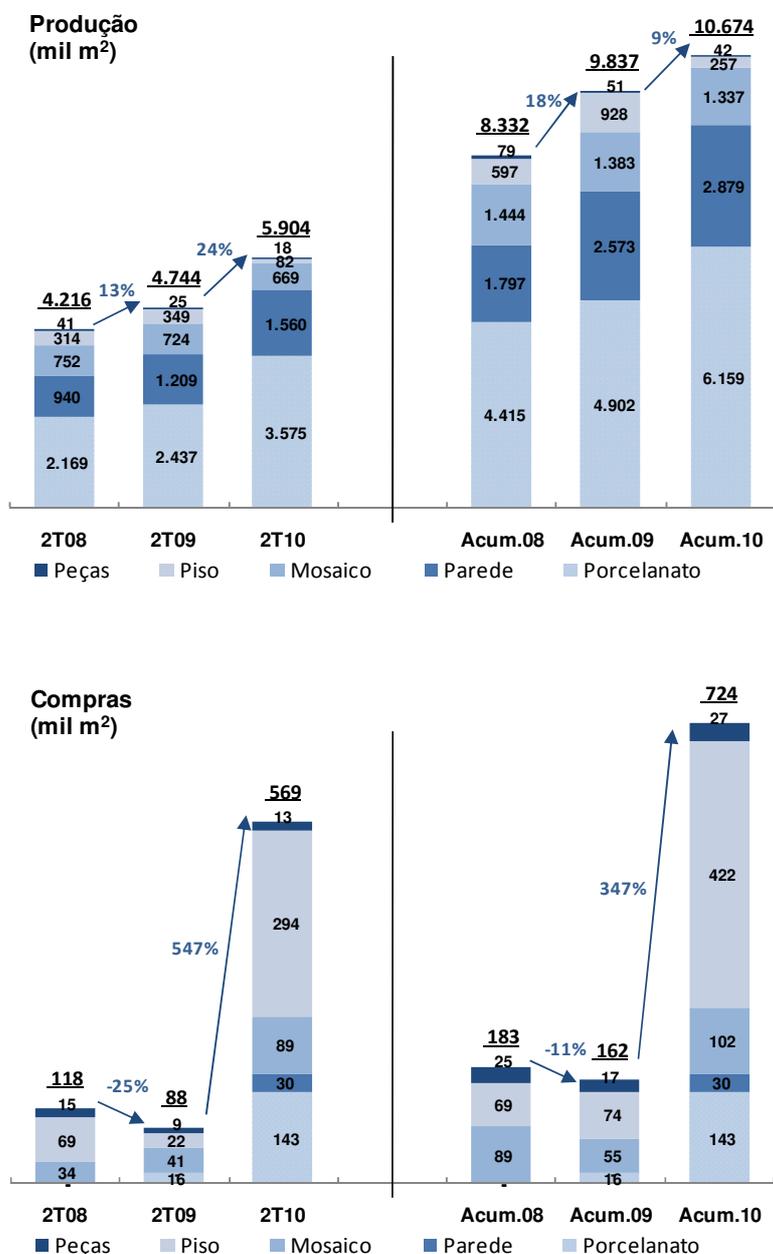
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)



O volume de vendas aumentou 18% em consequência da estratégia comercial da Companhia e o crescimento significativo nas vendas de produtos comprados de terceiros para revenda. A receita líquida cresceu 27% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. O mercado interno teve um aumento de 29% destacando a participação do canal Engenharia e as vendas para o mercado externo superaram as expectativas da Companhia crescendo 20%.

	2T08			2T09			2T10		
	Volume (mil m ²)	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Volume (mil m ²)	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Volume (mil m ²)	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado Interno	3.496	72.397	73%	4.254	84.295	85%	4.883	108.386	86%
Engenharia	1.486	25.409	26%	1.619	27.678	28%	2.104	39.962	32%
Revenda	1.320	24.692	25%	1.644	28.917	29%	1.619	33.832	27%
Portobello Shop	690	22.296	23%	991	27.700	28%	1.160	34.592	27%
Mercado Externo	1.025	26.648	27%	557	14.761	15%	810	17.682	14%
Total	4.521	99.045		4.811	99.056		5.693	126.068	

DESEMPENHO OPERACIONAL



O volume produzido neste período foi 24% maior em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à instalação de nova linha de produção na fábrica de porcelanato esmaltado que refletiu em ganho de eficiência e qualidade nos demais fornos, somados à maior participação dos produtos comprados de terceiros para revenda.

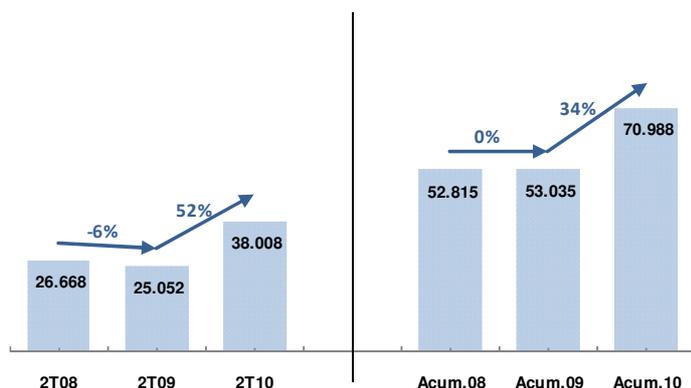
DESEMPENHO OPERACIONAL	2T08	2T09	2T10
Receita Operacional Bruta	125.649	124.478	158.431
(-) Deduções da Receita Líquida	(26.604)	(25.422)	(32.363)
(=) Receita Operacional Líquida	<u>99.045</u>	<u>99.056</u>	<u>126.068</u>
Mercado Interno	72.397	84.295	108.386
Mercado Externo	26.648	14.761	17.682
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(72.377)	(74.004)	(88.060)
(=) Lucro Bruto	<u>26.668</u>	<u>25.052</u>	<u>38.008</u>
Margem Bruta %	<u>27%</u>	<u>25%</u>	<u>30%</u>
Volume Vendido	4.521	4.811	5.693
Receita Média Unitária	21,91	20,59	22,14
Custo Médio Unitário	(16,01)	(15,38)	(15,47)
Lucro Bruto Unitário	5,90	5,21	6,68

A composição do custo industrial da Companhia é a seguinte:

	2T08		2T09		2T10	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Insumo	42.862	59%	43.773	59%	50.194	57%
Energia/Gás Natural	14.714	20%	16.155	22%	17.612	20%
Mão de obra	10.234	14%	10.472	14%	15.851	18%
Depreciação	4.567	6%	3.604	5%	4.403	5%
CPV	<u>72.377</u>		<u>74.004</u>		<u>88.060</u>	

O quadro de pessoal consolidado ao final do exercício era constituído de 2.277 profissionais, sendo 2.122 próprios, 115 terceiros, 15 estagiários, 25 temporários.

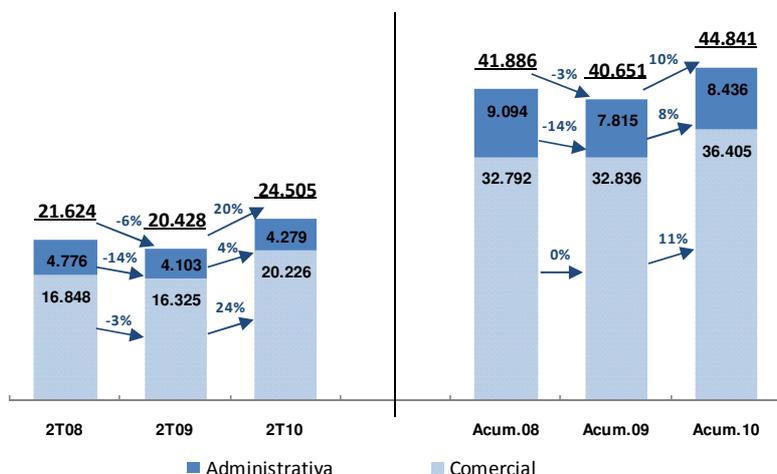
Lucro Operacional Bruto



O lucro bruto aumentou 52% no segundo trimestre de 2010, influenciado pelo aumento do volume de venda, pela venda de produtos com maior lucratividade, ganhos de percentual de primeira qualidade e maior eficiência nos fornos. O mix de venda de maior valor agregado elevou o preço médio em 6%, resultando em margem bruta de 30% significativamente melhor do que os 25% obtidos no segundo trimestre de 2009.

As Despesas Administrativas e Comerciais tiveram aumento de 20% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Entretanto, ganhos de escala fizeram com que as despesas se limitassem a 19% da Receita Líquida, enquanto que em 2009 representavam 21%. O endividamento bancário aumentou 21%, ainda reflexo dos investimentos realizados no parque fabril no primeiro trimestre e da necessidade de capital de giro adicional para financiar o aumento nas vendas. As despesas financeiras líquidas aumentaram 25%, influenciadas pelas atualizações dos parcelamentos de impostos, despesas decorrentes da captação de financiamento e efeito cambial positivo inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

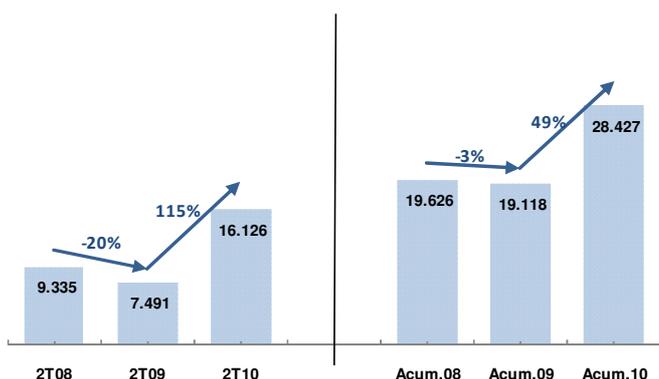
Despesas Comerciais e Administrativas



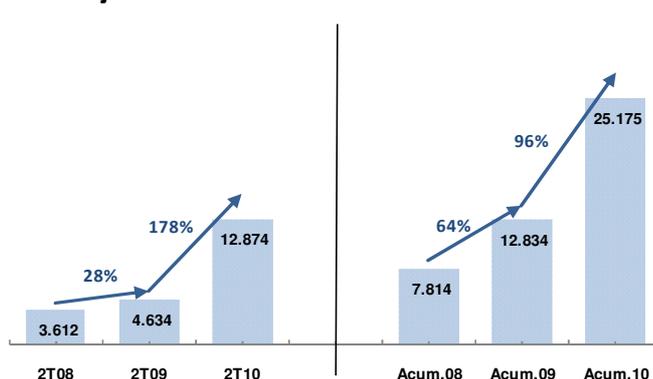
As despesas comerciais aumentaram 24% quando comparada ao mesmo período de 2009 em função do aumento do volume de vendas e de ações de marketing. Estas despesas representam 16% da receita líquida em 2010, mesmo percentual verificado em 2009.

As despesas administrativas aumentaram 4% quando comparadas ao segundo trimestre de 2009, mas medidas em percentual da receita líquida diminuíram de 4% para 3%.

EBIT



EBIT Ajustado

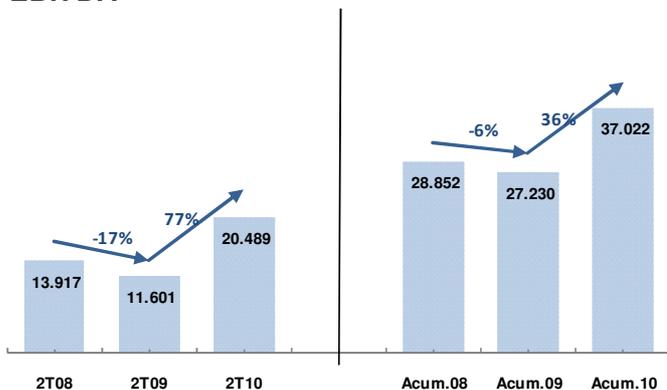


O EBIT Ajustado cresceu 178% representando 10% da receita líquida.

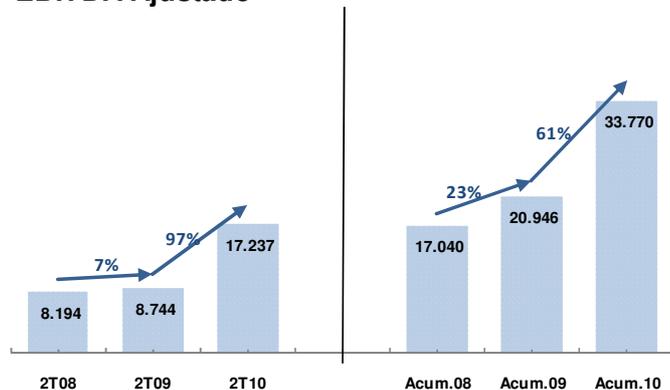
EBIT	2T08	2T09	2T10
Lucro Bruto	26.668	25.052	38.008
Despesa de Vendas	(16.848)	(16.325)	(20.226)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.776)	(4.103)	(4.279)
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	4.291	2.867	2.623
(=) EBIT	9.335	7.491	16.126
Outras Receitas Não Recorrentes	(5.723)	(2.857)	(3.252)
(=) EBIT AJUSTADO	3.612	4.634	12.874
% da receita líquida	4%	5%	10%

* **EBIT Ajustado:** Consiste no ajuste dos lançamentos não recorrentes efetuados no período. As receitas não recorrentes referem-se em 2008, ao reconhecimento do recebimento do empréstimo compulsório da ELETROBRAS e provisão para contingências; em 2009, a créditos tributários de PIS e COFINS; e em 2010, à constituição de IR e CSLL sobre prejuízos fiscais. O EBIT Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

EBITDA



EBITDA Ajustado

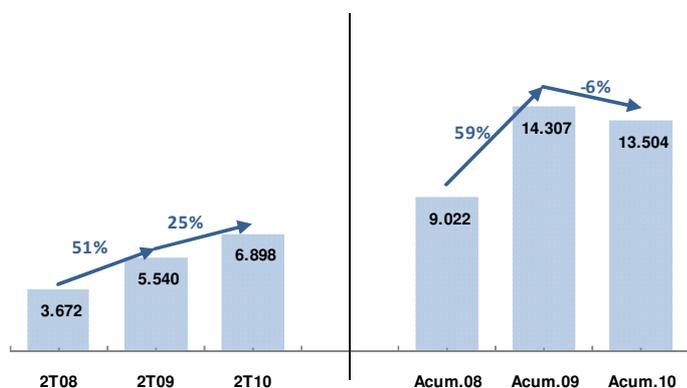


O EBITDA Ajustado cresceu 97% representando 14% da receita líquida.

EBITDA	2T08	2T09	2T10
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	4.424	2.318	7.011
Resultado Financeiro Líquido	3.672	5.540	6.898
Depreciação, amortização e exaustão	4.582	4.110	4.363
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.239	(368)	2.215
Participação Minoritária	-	1	2
Resultado Não Operacional	-	-	-
(=) EBITDA	13.917	11.601	20.489
Outras Receitas Não Recorrentes	(5.723)	(2.857)	(3.252)
(=) EBITDA AJUSTADO	8.194	8.744	17.237
% da receita líquida	8%	9%	14%

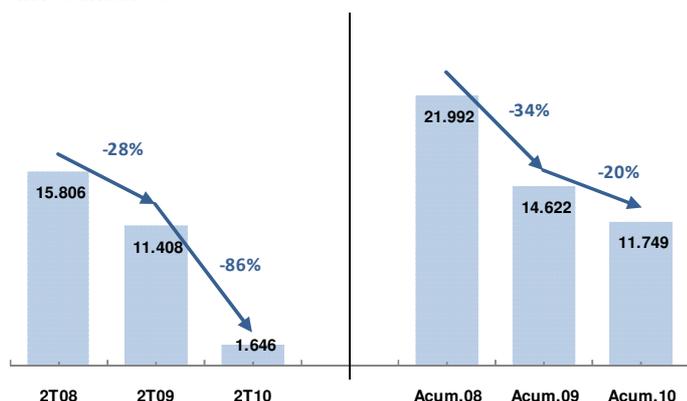
* **EBITDA AJUSTADO:** Consiste no resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciação e amortizações e exclui os efeitos não recorrentes, não vinculados ao ciclo de negócios da Companhia. As receitas não recorrentes referem-se em 2008, ao reconhecimento do recebimento do empréstimo compulsório da ELETROBRAS e provisão para contingências; em 2009, a créditos tributários de PIS e COFINS; e em 2010, à constituição de IR e CSLL sobre prejuízos fiscais. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao Lucro Líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. O EBITDA Ajustado não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de depreciação e amortização.

Despesas Financeiras Líquidas



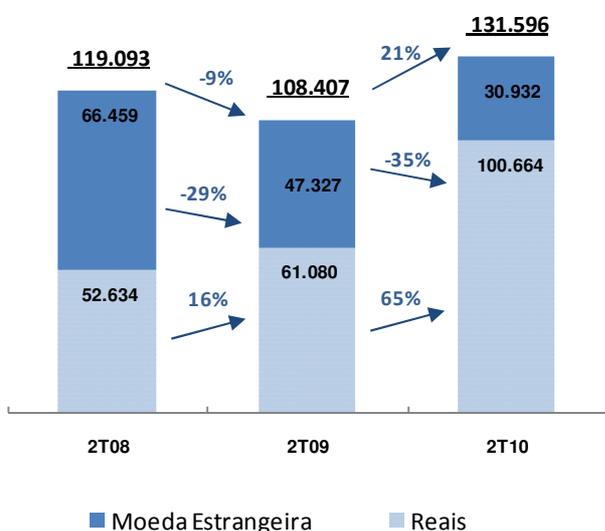
As despesas financeiras líquidas aumentaram 25%, influenciada pelo ganho cambial inferior quando comparado ao segundo trimestre de 2009, pelas atualizações dos parcelamentos fiscais que também foram superiores e pelo reconhecimento de despesas para captações de novos financiamentos cujas taxas mais baixas contribuirão para reduzir as despesas financeiras dos trimestres seguintes. No semestre houve redução de 6% nas despesas financeiras em relação ao mesmo período do ano anterior.

Investimentos



O programa de investimentos executado no segundo trimestre de 2010 foi menor que no mesmo período do ano anterior, uma vez que a expansão de 16% na capacidade de produção ocorreu no 1T10, e os investimentos em modernização e atualização tecnológica previstos para o ano serão realizados em sua maior parte no segundo semestre.

Endividamento Bancário



O endividamento bancário aumentou 21% comparado ao mesmo período do ano anterior, em função dos investimentos realizados no parque fabril que foram em sua totalidade financiados, e do aumento da necessidade de capital de giro.

ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO LÍQUIDO	2T08	2T09	2T10
Circulante	94.736	88.902	95.401
Não Circulante	24.357	19.505	36.195
(=) Total do Endividamento Bancário	119.093	108.407	131.596
Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários	6.564	9.486	7.577
(=) Total do Endividamento Bancário Líquido	112.529	98.921	124.019

ALAVANCAGEM FINANCEIRA	2T08	2T09	2T10
Endividamento Bancário Líquido	112.529	98.921	124.019
Endividamento Tributário Líquido	143.912	153.407	146.215
EBITDA (últimos 12 meses)	25.383	54.351	69.474
(=) Dívida Bancária Líquida / EBITDA	4,4	1,8	1,8
(=) Dívida Bancária Líquida e Tributária Líquida / EBITDA	10,1	4,6	3,9

OUTROS INDICADORES FINANCEIROS	2T08	2T09	2T10
Receita Líquida	99.045	99.056	126.068
Lucro Bruto	26.668	25.052	38.008
EBITDA Ajustado	8.194	8.744	17.237
EBIT Ajustado	3.612	4.634	12.874
Lucro Líquido	4.424	2.318	7.011
Margem Bruta	27%	25%	30%
Margem EBITDA Ajustado	8%	9%	14%
Margem Líquida	4%	2%	6%

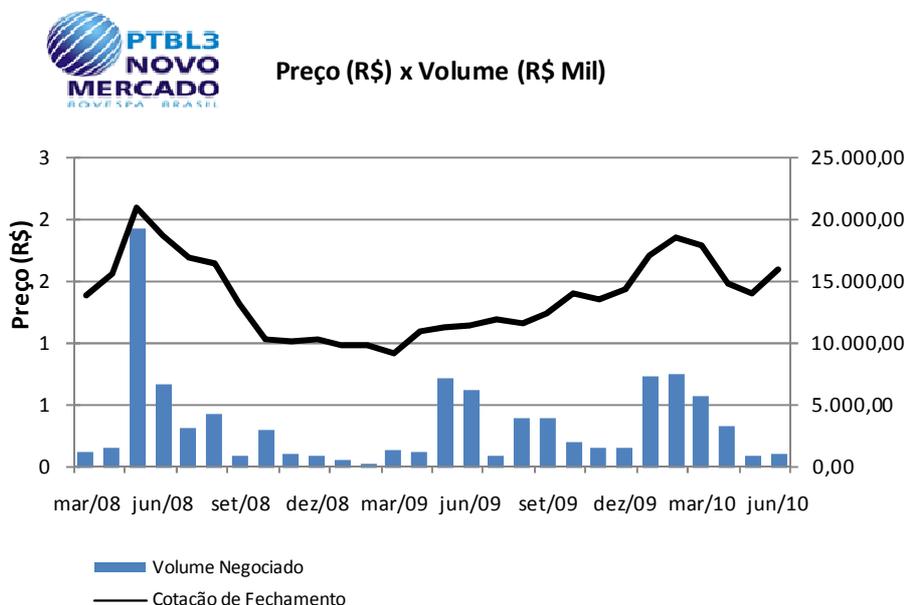
CAPITAL DE GIRO

CAPITAL DE GIRO	2T08	2T09	2T10	Variação %	Variação Nominal
Contas a receber	75.180	69.417	79.213	14%	9.796
Adiantamento a Fornecedores	3.316	1.690	1.799	6%	109
Estoques	61.055	65.793	76.418	16%	10.625
Fornecedores	62.211	83.363	65.429	-22%	(17.934)
Adiantamento a Clientes	13.113	15.720	16.456	5%	736
Capital de Giro Aplicado	64.227	37.817	75.545		37.728

A necessidade de capital de giro aumentou no trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior por três principais fatores: (i) em 2009 estiveram em vigor condições excepcionais de prazo de alguns dos maiores fornecedores, principalmente de energia e de esmaltes e corantes, como apoio à Companhia em função da parada de produção de seu parque fabril em dezembro de 2008 causada pela interrupção do fornecimento de gás natural; (ii) o aumento de vendas requereu maior financiamento a clientes; e (iii) o aumento da capacidade de produção própria e das compras de produtos produzidos por terceiros levou a maior nível de estoques.

DESEMPENHO DAS AÇÕES

A cotação das ações da PORTOBELLO passou de R\$ 1,80 em 31 de março de 2010 para R\$ 1,60 em 30 de junho de 2010, uma queda de 11%. O volume trimestral negociado reduziu de R\$ 5.861 mil para R\$ 1.079 mil.



PERSPECTIVAS

- Manutenção do Imposto sobre produtos industrializados em 0% até o final do ano, como incentivo do governo para construção civil;
- Diminuição do custo de produção em função dos investimentos realizados no parque fabril;
- Aumento das vendas de produtos adquiridos de terceiros;
- Re-estruturação dos financiamentos para capital de giro, com redução de taxas de juros;
- Reversão via jurídica do indeferimento administrativo parcial dos parcelamentos incluídos na MP 470;
- A Administração, visando a redução do custo e alongamento dos prazos de financiamentos, celebrou novos contratos de financiamentos junto a agentes do FINEP (Programa Inova Brasil) e a agentes do BNDES, a serem desembolsados nos próximos meses.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Atendendo ao disposto na Instrução CVM 381 de 14/01/2003, a empresa informa que a auditoria independente é realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a qual não presta qualquer outro tipo de serviço para a empresa ou suas subsidiárias.

Os integrantes da Administração da Companhia são:

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
Mario A. F. Baptista	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Observação
Cesar Bastos Gomes	Presidente	
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente	Diretor Presidente
Plínio Villares Musetti	Conselheiro	
Francisco Amaury Olsen	Conselheiro	Independente
Glauco José Côte	Conselheiro	Independente
Mailson Ferreira da Nóbrega	Conselheiro	Independente
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro	Independente
Maurício Levi	Conselheiro	Independente
Rami Naun Goldfajn	Conselheiro	Independente

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Posição em 30.06.10				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundos Adm. pela Fama Fundo de Inv.Ações ¹	34.642.609	21,79	34.642.609	21,79
Eleonora Ramos Gomes	26.841.160	16,88	26.841.160	16,88
Cesar Gomes Junior	24.412.019	15,35	24.412.019	15,35
Eduardo Ramos Gomes	10.850.364	6,82	10.850.364	6,82
Paulo Bastos Gomes	9.076.297	5,71	9.076.297	5,71
Maria Gertrudes da Luz Gomes	8.987.465	5,65	8.987.465	5,65
Valério Gomes Neto	7.947.280	5,00	7.947.280	5,00
Outros	36.251.730	22,80	36.251.730	22,80
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00

1 – Fundos Administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações, composto por diversos fundos sendo que somente o Fama Fut. Mas. Fundo Inv. Ações possui participação superior a 5% sobre o total de ações.

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Posição em 30.06.10				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	54.768.591	34,44	54.768.591	34,44
Administradores				
Conselho de Administração	54.964	0,03	54.964	0,03
Diretoria	45.603	0,03	45.603	0,03
Conselho Fiscal	2	-	2	-
Outros Acionistas	104.139.764	65,49	104.139.764	65,49
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00
Ações em Circulação	104.139.766	65,49	104.139.766	65,49

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE - ITR

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Posição em 30.06.09				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Fundos Adm. pela Fama Fundo de Inv.Ações ¹	32.971.709	20,74	32.971.709	20,74
Eleonora Ramos Gomes	27.329.560	17,19	27.329.560	17,19
Cesar Gomes Junior	24.412.019	15,35	24.412.019	15,35
Eduardo Ramos Gomes	10.850.364	6,82	10.850.364	6,82
Paulo Bastos Gomes	9.746.497	6,13	9.746.497	6,13
Maria Gertrudes da Luz Gomes	8.987.465	5,65	8.987.465	5,65
Valério Gomes Neto	8.879.480	5,58	8.879.480	5,58
Outros	35.831.830	22,54	35.831.830	22,54
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00

1 – Fundos Administrados pela Fama Fundo de Investimentos em Ações, composto por diversos fundos sendo que somente o M335 Fundo de Inv. Multimercado possui participação superior a 5% sobre o total de ações.

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Posição em 30.06.09				
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	55.256.991	34,75	55.256.991	34,75
Administradores				
Conselho de Administração	54.965	0,03	54.965	0,03
Diretoria	34.200	0,02	34.200	0,02
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Outros Acionistas	103.662.768	65,20	103.662.768	65,20
	159.008.924	100,00	159.008.924	100,00
Ações em Circulação	103.662.768	65,20	103.662.768	65,20

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

O Estatuto Social estabelece que a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado da BOVESPA, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Portobello S.A.

**Relatório dos auditores independentes
sobre a revisão limitada das
informações contábeis trimestrais
referentes ao trimestre findo
em 30 de junho de 2010**

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Portobello S.A.

- 1 Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (individuais e consolidadas) da Portobello S.A. e Portobello S.A. e sociedades controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, dos valores adicionados, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua administração.
- 2 Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional das Companhias, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
- 3 Com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Portobello S.A.

- 4 Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.t, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais -ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Conforme requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2 às ITR, bem como os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

Joinville, 11 de agosto de 2010



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC



Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" SC